



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

Guilherme Ramos da Costa Dias

Sorocaba, uma Outra História: um olhar sobre a política de Assistência Social do município

Rio de Janeiro

2016

Guilherme Ramos da Costa Dias

Sorocaba, uma Outra História: um olhar sobre a política de Assistência Social do município

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Rosana Morgado

Rio de Janeiro

2016

Dedico esse trabalho a todos os sorocabanos que lutam pela construção de uma consciência crítica na cidade e a todos aqueles que ainda estão para ingressar nessa luta em todas suas formas.

Agradecimentos

São muitos os sujeitos envolvidos direta ou indiretamente nesse trabalho, mas creio que a maior relevância para sua realização se dá a minha companheira. Por isso agrado a ela primeiro: a Mariela Vilas Boas pelas incontáveis horas de dedicação e trabalho para que pudesse fazer este texto. Pelas horas no trânsito do Rio, pela opressão que sofreu como trabalhadora, por seu cansaço, pela sua paciência em ouvir meus achados, pela manutenção elementar de nosso sustento, pela mulher que é e se torna a cada dia e pelo seu amor que me mantem.

Agradeço aos meus pais, que da mesma forma contribuíram com todo o tipo de suporte que necessitei nesse período. Agradeço a Ilca Dias e Deise Pimenta pelas conversas e esporros e pela construção de consciência que me propiciaram. Agradeço à Miriam Guindani, supervisora de estágio em alguns momentos, professora e conselheira em outros. Agradeço imensamente a todos meus colegas de campos de estágio do NIAC: Fabiano, Carol, Carol, Felipe, Bárbara, Valéria, bem como outros colegas do serviço social, psicologia e do direito que foram parte essencial em minha formação.

Agradeço imensamente aos meus amigos/irmãos Stella e Adolar, pelo companheirismo e cumplicidade incondicional e mútuo, no tempo em que estive no Rio. Agradeço ao grande historiador, e meu tio, Maurício Sérgio Dias pelas indicações de texto e discussões sobre os meandros da história da cidade.

Agradeço a todos meus professores, à banca e agradeço à minha orientadora Rosana Morgado que mais que isso foi uma companheira de produção de texto, que no decurso desse texto sempre me deu a sensação de estarmos lado-a-lado e nunca à frente.

Resumo

DIAS, Guilherme R Costa. **Sorocaba, uma Outra História: um olhar sobre as política de Assistência Social do município**. Rio de Janeiro, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

O objetivo deste texto é produzir uma análise da política de assistência social no município de Sorocaba/SP com enfoque no período de 1999 a 2013 observando os impactos da chamada crise sistêmica do capital no marco do tardo-capitalismo e das suas reações de viés neoliberal. O estudo se baseia essencialmente em dados orçamentários do município. Leva em conta as novas expressões da “questão social” e a hipótese de centralidade da política de assistência neste cenário, observando a história da cidade e seus eventos mais importantes para produzir uma análise crítica das atuais formas de políticas neoliberais na administração pública. Nos governos Amary (1997 a 2004) e Lippi (2005 a 2012) passando da “descoberta” das políticas de visibilidade – urbanísticas principalmente - do primeiro à consolidação da desestruturação definitiva dos serviços municipais da seguridade com o segundo. Diante do quadro, discuto a construção histórica do pensamento conservador na cidade que tem em suas bases a retenção da entrada do ensino na cidade que ocorre de forma tardia e tecnicista, bem como a produção de trabalhos enviesados sobre políticas públicas. Por fim, analisei a situação da assistência social no contexto sócio-histórico da cidade apontando indícios de seu estado de precarização no município.

Palavras-Chave: Políticas Sociais, Assistência Social, Sorocaba, Neoliberalismo,

Gráficos

Erro! A referência de hiperlink não é válida. Despesas da União por função entre 2005 e 2014 (em R\$)	54
Erro! A referência de hiperlink não é válida. Taxa de crescimento de despesas da União por função e em porcentagem	55
Gráfico 3 - Investimento municipal em transporte e em habitação e urbanismo em relação à receita em porcentagem - 1999 a 2011.....	84
Gráfico 4 - Investimento municipal por funções em relação à receita e em porcentagem - 1999 a 2011.....	87
Gráfico 5 - Despesas por subfunção da Assistência Social no município de Sorocaba (em R\$) - 2005 a 2014.....	90
Gráfico 6 - Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Sorocaba\SP.....	97

Tabelas

Tabela 1 - Participações da PEA por Setor da Atividade no Estado de São Paulo e Regiões Administrativas, 1970 - 1980.....	78
Tabela 2 - Participações da PEA por Setor da Atividade no Estado de São Paulo e Regiões Administrativas, 1980 - 1991.....	79
Tabela 3 - Despesas por função Assistência Social e Previdência Social no município de Sorocaba (em R\$) - 2009 a 2014.....	89
Tabela 4 - Despesas liberadas na subfunção Assistência Comunitária por ações município de Sorocaba (em R\$ e %) segundo a LOA 2013.....	91

Tabela 5 - Funcionários alocados na Secretaria de Cidadania do Município de Sorocaba no ano de 2013.....	95
---	----

Figuras

Figura 1 - Recorte do Jornal Cruzeiro do Sul: 16/06/1996	83
---	----

Lista de Abreviaturas e Siglas

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Social

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CEME - Central de Medicamentos

CF - Constituição Federal

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DEM – Democratas

DRU - Desvinculação das Receitas da União

EUA - Estados Unidos da América

FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social

FUA - Fundação Ubaldino do Amaral

FUNABEM - Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IINPS - Instituto Nacional de Previdência Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JK - Juscelino Kubitschek

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOA - Lei Orçamentária Anual

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

NOB - Norma Operacional Básica

ONG – Organização Não Governamental

OS – **Organização** Social

PBF - Programa Bolsa Família

PIB – Produto Interno Bruto

PPP – Parceria Público Privada

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TCE-SP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

URBES - Empresa de Desenvolvimento Urbano e Social de Sorocaba

Sumário

Resumo5

Introdução11

1 O a crise sistêmica no tardo-capitalismo: um caminho para a barbárie14

- 1.1 O Tardo Capitalismo e a teoria das “ondas longas”14
- 1.2 O neoliberalismo de Hayek e sua aplicação no mundo20
- 1.3 Crise Sistêmica e à Barbárie27

2 Políticas Sociais e Assistência Social35

- 2.1 Um panorama das políticas sociais no mundo35
- 2.2 Uma introdução à história da proteção social no Brasil39
- 2.3 A Assistência Social no Brasil pós 198847
- 2.4 A centralidade da assistência de Mota51

3 Sorocaba: um outra história, um outro olhar sobre suas políticas públicas59

- 3.1 Introdução: aspectos da pesquisa local59
- 3.2 Uma histórica crítica de Sorocaba61
 - 3.2.1 *Período da acumulação simples*62
 - 3.2.2 Período do Capitalismo Embrionário67
 - 3.2.3 O Capitalismo Industrial em Sorocaba69
 - 3.2.4 O Capitalismo Avançado em Sorocaba73
- 3.3 A reestruturação conservadora das políticas públicas de Sorocaba e a assistência social80

Considerações Finais100

Bibliografia103

Introdução

O tema desta monografia é uma análise da política de assistência do município de Sorocaba. Este tema foi selecionado devido à necessidade de verificar em uma realidade mais próxima (municipal) os impactos da política-econômica atual, buscando entender de que forma ela tem atingido o município em questão. Selecionei o município de Sorocaba/SP, pois, por ser minha terra natal, possui facilidade de acesso à informação e uma rede de relações que me permitem explorar de forma mais precisa o histórico das políticas públicas deste local. Além de poder verificar, por minhas experiências empíricas, um forte processo de precarização de toda a rede de atendimento pública na cidade, o que propicia um cenário rico de análises.

O recorte temporal parte da hipótese preconizada por alguns autores¹ de transformações societárias relevantes no mundo como reflexo no padrão de acumulação do Modo de Produção Capitalista, nos marcos de uma crise ampla e global que se principia a partir da década de 1970, que perdura até os dias de hoje. Devido a esta hipótese trabalharemos com informações que recortam a sétima década do século XX aos dias de hoje.

A respeito do enfoque nas políticas públicas de assistência, no bojo desse processo de reestruturação capitalista, movido por transformações globais, a chamada “questão social”² assume novas expressões tanto em seu aspecto

¹ Netto 2012 e 2010, Anderson 1995, Teixeira 1998 e Simionatto 2009 entre outros.

² “Por ‘questão social’, no sentido universal do termo queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos, que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o capital e o trabalho” (Cerqueira Filho, 1982: 21; apud. Netto, 2011).

econômico-social quanto em seu aspecto político. Essas novas expressões da “questão social” motivam também novas estratégias em seu trato, essas que, sobretudo a partir dos anos 2000 no Brasil, resultam, entre outras formas, em uma reconfiguração do papel da assistência, assumindo um novo enfoque.

A assistência passa a tomar um papel de centralidade na seguridade social, aliada a um processo de desmonte das outras estruturas da seguridade (saúde e previdência). Este enfoque se expressa não somente na gestão dessa política como em sua expressividade midiática, o que abriu margens para a criação de mitos e fetiches sob a assistência social³. Devido a essa centralidade, recortei a assistência social pretendendo verificar de que forma ela tem se reconfigurado no município em questão, buscando desmistificar sua visão dessa política sob o senso comum, bem como o mito desenvolvimentista que se estabelece na cidade nos últimos 19 anos.

Apesar de a análise proposta estar focada em apenas um município, que apresenta expressões particulares a ele, desenvolvo esse estudo por acreditar que tantas outras expressões apresentam também caracteres gerais devido à premissa, ao final do texto confirmada, de tratamos de um contexto global que incide no âmbito municipal, podendo assim este texto contribuir para outras análises a respeito de outras cidades.

O trabalho que segue foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica teórica, normativa e legal, bem como por documentos oficiais fornecidos pelo município de Sorocaba/SP, dados produzidos por institutos e organizações.

³ O fetiche sobre a assistência social aqui se refere no sentido de Motta (2010) sobre o assunto. Onde agem componentes mistificados sobre a forma em que se atua essa política, nublando seus reais objetivos e impactos.

Começo a exposição com contexto global que rege esta pesquisa, iniciando o primeiro capítulo pela hipótese tardo-capitalista de Mandel, bem como a resposta política e econômica neoliberal expressa neste contexto. Logo após, procuro sumariar superficialmente algumas das transformações societárias decorrentes deste recorte, visando atualizar os impactos desta sobre a “questão social” bem como as respostas a suas expressões. Com base nessas últimas, resgato a tese da barbárie de Netto, 2010 – onde as expressões progressistas do capital se vêem esgotadas - objetivando os pontos centrais de sua análise: a militarização da vida social e a assistencialização minimalista ao exército de pauperizados, resultantes das reações contemporâneas do capital.

Acesso este último ponto buscando desenvolvê-lo num universo mais amplo, passando pela discussão de Mota, 2010, no segundo capítulo sobre a centralidade da assistência para situar esta última no contexto brasileiro, junto a uma breve história das políticas sociais no país e no mundo.

No último capítulo, busco relacionar o conteúdo apresentado aos dados coletados sobre a política de assistência social e a história do município de Sorocaba. Passando inicialmente por uma proposta de reorganização da história da cidade, a discussão a respeito do acesso à conteúdos críticos produzidos sobre o município e por fim uma discussão sobre as políticas públicas nas últimas décadas e a investigação sobre a situação atual da assistência social no município.

1 O a crise sistêmica no tardo-capitalismo: um caminho para a barbárie

1.1 O Tardo Capitalismo e a teoria das “ondas longas”

Nas últimas décadas diversos autores têm discutido a respeito das novas configurações societárias globais. Dentre esses pensamentos há em comum a crença de que o mundo experimenta, na segunda metade do séc. XX, profundas transformações na ordem social, econômica, política e cultural que se intensificam no decorrer do século, em que as discussões a esse respeito se apresentaram mais intensas a partir dos anos 1970.

Um das principais pautas a respeito dessas transformações discorrem sobre as novas configurações da chamada “questão social”, as alterações no mundo do trabalho e o redimensionamento do pauperismo. Nesse discurso, observo duas frentes fundamentais com relativa ou grande heterogeneidade em uma e outra corrente. A primeira corrente de pensamento defende que estamos diante de um quadro absolutamente novo na humanidade, em que as velhas formas e teorias de totalidade não dão mais conta de compreendê-la, visto que não são mais adequadas a essas mudanças. As “velhas” contradições entre capital e trabalho foram superadas pelo Estado de Bem-Estar Social, visto que este “inclui” e reitera novos “contratos” entre as classes fundamentais. Ao mesmo tempo, vê-se a expansão de uma “outra forma de pobreza”, onde aqueles que a representam se encontram excluídos da assistência provida pelo Estado e pela sociedade, desprovidos de propriedades ou contratos de trabalho. Outro argumento importante se funda na crise do emprego industrial, em que a partir do segundo pós-guerra (1945 em diante)

os postos de trabalho neste ramo de atividades se reduziram progressivamente o que implica no argumento da superação da sociedade industrial, levando à defesa de que vivemos numa era pós-industrial, pós-moderna.

A segunda corrente de pensamento argumenta que não existem elementos radicalmente novos nesse contexto, interpretam as mesmas alterações apontadas como fruto da intensificação das formas essenciais do Modo de Produção Capitalista.

De acordo em esta linha de pensamento, suas bases elementares permanecem inalteradas enquanto suas expressões, e não sua estrutura, vêm novas configurações. Ou seja, não outra etapa da humanidade ou do modo de produção, mas sim um momento mais maduro e acabado do velho capitalismo.

Apesar de essas duas correntes interpretarem as referidas mudanças de formas diferentes, vemos que há um consenso a respeito da existência de sérias transformações globais a partir de 1945 (com maior expressão em 70 e 80). No entanto, as duas frentes tem disputado a forma de interpretar essas alterações. Devido a este consenso temporal e disputa de interpretação, partirei deste ponto (temporal) na exposição a seguir, integrando, por verificação na realidade, o pensamento desta segunda corrente.

A partir do segundo pós-guerra o mundo capitalista sofre uma série de transformações, sobretudo no desenvolvimento de suas forças produtivas, condicionadas pelos mais diversos eventos mundiais de caráter militar, político, econômico e ideológico. Essas transformações serão entendidas por Mandel, em 1972, como uma fase da acumulação capitalista chamada de capitalismo tardio (1945 em diante), caracterizado grosseiramente como: um período em que a

intensificação da produção de tecnologia acelera a obsolescência do maquinário industrial, causando uma redução no tempo da rotação do capital fixo e ampliando a demanda por mercadorias voltadas aos meios de produção. Ou seja, o crescente desenvolvimento tecnológico obriga as indústrias a renovarem de maneira mais rápida seu maquinário. Este fato oxigena as taxas de lucro capitalistas e intensifica a produção de riquezas com o aumento da produtividade, a atualização mais rápida das máquinas, amplia a demanda por esses bens abrindo novos mercados para o capital, ao mesmo tempo em que possibilita produzir uma quantidade maior de mercadorias em um tempo menor. No entanto, a intensificação do consumo de capital constante, amplia a diminuição relativa do capital variável em detrimento do capital total. Ou seja, a proporção em que crescem os investimentos em maquinário é maior do que a que se investe em força de trabalho. Dessa forma o investimento no primeiro será maior que no segundo, gerando uma redução relativa do investimento em força de trabalho se comparada ao aumento dos investimentos totais. Esta diminuição relativa indica a alteração progressivamente da composição orgânica do capital⁴ em favor do capital constante, onde a relação entre capital constante sobre o capital variável fica cada vez maior. O aumento da produtividade por meio de investimento em capital constante e a redução relativa do capital variável produz uma intensificação da extração mais-valia ao mesmo tempo em que, essa desproporção tendencial (capital constante/capital variável) acaba por gerar um contingente de força de trabalho excedente, segundo Marx, uma superpopulação relativa:

⁴ Sobre a relação capital constante e capital variável, verificar informações sobre composição orgânica do capital em: MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. Capítulo 23. p.689-704. São Paulo: Boitempo, 2013.

“[...] essa diminuição relativa de seu componente variável, acelerada pelo crescimento do capital total, e numa proporção maior que o próprio crescimento deste último, aparece, inversamente, como um aumento absoluto da população trabalhadora, aumento que é sempre mais rápido do que o capital variável ou dos meios que possui para ocupar aquela. A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua.” (MARX, 2013, p. 705)

Neste movimento o capital lança ao mercado de trabalho uma enorme quantidade de trabalhadores, sobretudo do setor industrial, refletindo nas novas configurações que o mundo do trabalho assume a partir desse ponto (posteriormente absorvidos pelo setor de serviços, pela informalidade ou no desemprego). Os mesmos movimentos que alteram a dinâmica da indústria e ampliam sua produtividade aceleram a formação dos monopólios e a supercapitalização. Os progressos tecnológicos, ao produzirem mais riqueza, possibilitam o enriquecimento dos grandes grupos capitalistas que cada vez mais compram e se associam a outros grupos formando grandes monopólios, lhes dando mais poder econômico e liberdade para intensificar sua própria acumulação. A constante acumulação hora ou outra se vê nos limites de sua valorização, ou seja, esse movimento de acumulação produz tanta mercadoria, que, para o seu próprio investimento acaba por se ver limitada em seus mercados, assim o acúmulo de mercadoria não encontra (em certos períodos) onde se valorizar, e com a intensificação dos monopólios, cada vez mais esses períodos são mais constantes (crises). Esse “problema” de excedente de capital com dificuldade de valorização, encontra saída em outro ponto fundamental do capitalismo tardio: a presença permanente da indústria armamentista na economia tardo-capitalista⁵, por fim, a

⁵ A respeito das características centrais do capitalismo tardio ver: MANDEL, Ernest. O Capitalismo tardio. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Capítulos. 7-9.

militarização da vida social⁶. O que em outros tempos do capital era um recurso “emergencial” (guerra), se torna uma rotina necessária de expedições e ocupações a valorização devido ao acúmulo de capital (supercapitalização), tornando a guerra um componente essencial e permanente do tardo-capitalismo. Não menos importante, e a cada dia mais destacada, é a intensificação da exploração dos recursos naturais planetários. Nesta fase, madura (tardia), do capital, em que o desenvolvimento tecnológico intensifica a produtividade da extração de matéria prima, produzindo cada vez mais mercadoria. Esta, que, em sua lógica própria, é projetada à obsolescência⁷, carecerá de sua substituição permanente, criando uma aceleração do movimento do capital. Gerando a Intensificação da exploração de recursos naturais e de força de trabalho cada vez mais rápida. Sem contar os danos, agora ampliados, da emissão de poluentes do próprio processo de produção e uso de mercadoria. A respeito da essência material e imaterial da mercadoria Marx nos lembra, ao citar William Petty:

“O Trabalho é o pai da riqueza material, [...], e a terra é a mãe.” (MARX, 2013, p.121)

Em síntese: quanto mais acelerado é o movimento do capital, mais acelerada é a espoliação dos componentes elementares da mercadoria: o trabalho e o planeta. Observar esse duplo caráter exploratório do capital é fundamental e indissociável a qualquer análise sócio-econômica ou ambiental, pois não há forma de compreender

⁶ Entendo por Militarização da Vida Social a ampliação de uma dinâmica de violência regida sob a lógica militar no cotidiano das pessoas. Por meio da política do medo, das guerras internas (ao tráfico por exemplo), da vigilância, e da perseguição e criminalização da pobreza.

⁷ A indústria utiliza de forma extensiva hoje, e há algum tempo, a obsolescência programada ou planejada. Ela consiste em uma decisão consciente do industrial em construir mercadorias com um tempo de uso funcional limitado. Em outras palavras: é o ato consciente de construir coisas feitas para quebrar ou para que percam sua funcionalidade em um determinado tempo, a fim de que possam ser compradas novamente.

ou explicar as alterações nesses fenômenos sem levar em conta o desenvolvimento das forças produtivas, dado seu vínculo basilar com um dos objetos primários do capital: o lucro e a mercadoria.

Esta observação é fundamental para que não se perca de vista que pensar na intensificação da dinâmica fundamental do Modo de Produção Capitalista implica não somente na intensificação da exploração do trabalho do homem, mas também na intensificação da espoliação da natureza em si.

Feito este esboço do período em discussão, veremos que este mesmo quadro, em determinado período, resultará numa ampla valorização do capital e acúmulo de riqueza e, em outro momento, numa séria estagnação do processo de valorização.

Devido ao desvelamento das características deste período e da investigação sócio-histórica, Mandel defenderá a tese de que o Modo de Produção Capitalista passa por longos períodos de crescimento, seguidos de longos períodos de estagnação. A teoria das “ondas longas”⁸. O autor chamará esses períodos de “ondas longas de expansão” e “ondas longas de estagnação”, respectivamente, nos quais a acumulação capitalista varia dentro de um mesmo período, mas mantendo uma tendência ascendente ou descente:

“O andamento cíclico do modo de produção capitalista ocasionado pela concorrência manifesta-se pela expansão e contração sucessivas da produção de mercadorias, e conseqüentemente da produção de mais valia. Corresponde a isso um movimento cíclico adicional de expansão e contração na realização da mais valia e na acumulação do capital.”
(MANDEL, 1985, p.75)

8 Originalmente formulada por Nicolai Kondratiev

Mandel sinalizava esta última “onda longa expansiva” no período de 1940/45 a 1974. O mundo capitalista se via recém saído de uma “onda longa de estagnação”, e viu na Segunda Guerra Mundial um fôlego à valorização, reconfigurando o cenário de dominação político-econômica global, consolidado como potência imperialista os Estados Unidos (MANDEL, 1985).

1.2 O neoliberalismo de Hayek e sua aplicação no mundo

A partir do segundo pós-guerra, o pensamento neoliberal e o keynesiano passam a disputar a vanguarda ideológica capitalista. Motivados pela crise de 1929, os economistas do mundo capitalista passam a buscar saídas para a crise. Junto às idéias de Keynes de ampliação do estado para a formação do estado de bem-estar social, surge em 1944, o texto de Friedrich Hayek, *O Caminho da Servidão*, que irá inaugurar o pensamento neoliberal. Naquele momento, Hayek faz um ataque violento e apaixonado ao intervencionismo estatal e a um bojo altamente heterogêneo de ideologias políticas as quais chama de socialismo, apontando que estes seriam um impedimento à própria liberdade (ANDERSON, 1995).

Hayek chega a fundar uma sociedade internacional muito bem organizada de neoliberais com intuito de propagar suas idéias pelo mundo promovendo reuniões a cada dois anos e aproximações com os Estados Nacionais.

No entanto, Hayek e os neoliberais perdem a disputa por fundar uma saída adequada ao capital naquele momento. O keynesianismo triunfa e o capital experimenta um de seus períodos de maior glória, os “30 anos gloriosos do capitalismo”. O *welfare-state* ganha força na Europa e o *New Deal* nos Estados

Unidos, com suas particularidades, as políticas de Estado ampliado, a social-democracia, e “pleno emprego” ganham força amparados, principalmente, pelo seu contraponto ideo-político: o socialismo soviético. Os componentes políticos, econômicos e culturais desse período trarão progressos significativos para o conjunto da classe trabalhadora. Pois os períodos aumento de produtividade do capital impactam numa relativa melhoria na condição de vida da classe trabalhadora.

Ou seja, num período de expansão poderá haver aumentos na qualidade de vida da classe trabalhadora, se aliada a uma dinâmica de lutas das classes subalternas, ainda que em proporção menor ao crescimento total da economia capitalista.

Os “trinta anos gloriosos” foram trinta, ou seja, em finais da década de 1960 começam a encontrar seu limite. As economias globais passaram a apresentar sinais de esgotamento de seu crescimento até que a crise do petróleo de 1973.

Mandel, no momento em que escrevia (1972), defendia a tese de presenciava uma “onda longa de estagnação”. O acelerado desenvolvimento das forças produtivas, característico do capitalismo-tardio, bem como a redução do tempo de rotação do capital fixo e presença permanente da indústria bélica implicam, de maneira geral, num amadurecimento e aceleração do processo de acumulação capitalista e do próprio capital como um todo. O que resultará, ante aos processos citados anteriormente, no aumento da exploração, no agravamento da “questão social”. Em síntese: o agravamento da contradição das relações de produção/reprodução capitalista. Nas palavras de Mandel:

“O capitalismo tardio marca um período histórico do desenvolvimento do modo de produção capitalista em que a contradição

entre o crescimento das forças produtivas e a sobrevivência das relações de produção capitalistas assume uma forma explosiva. Essa contradição leva a uma crise cada vez mais acentuada dessas relações.” (MANDEL, 1985).

As contradições do atual período do Modo de Produção Capitalista se expressam tanto no campo da economia-política, da organização social, da cultura, do estado, da política, mas sobretudo atinge intrinsecamente nas expressões da chamada “questão social”. Essa contradição configura um cenário de permanente tensão em todas as esferas da produção e reprodução capitalista e se espalha por todas as partes do globo que se vêem intensificadas neste período de estagnação.

Decorrente da redução das possibilidades de valorização, o mundo capitalista passa a experimentar sucessivas e sérias crises dos anos de 1970 para cá.

Do ponto de vista da economia-política, aos primeiros sinais destas crises o capital passa adotar as primeiras medidas econômicas para sua contenção e para se remoldar às transformações que viriam. As idéias de Hayek, derrotadas no início do segundo pós-guerra são resgatadas. Hayek defendia uma redução radical do estado na economia “estado mínimo”⁹, a manutenção de uma política monetária forte, um controle inflacionário rígido, a manutenção de um exército industrial de reserva (desemprego) “natural” a qualquer ordem produtiva e a privatização dos serviços estatais bem como a contenção dos gastos sociais por parte do estado,. (ANDERSON, 1995). Ou seja, projetava as condições que dariam ao capital uma liberdade de circulação, valorização, e exploração nunca antes vista na história. Desta forma Hayek acreditava que, sem a intervenção estatal, os sujeitos seriam

⁹ É importante notar que o “estado mínimo” que Hayek descreve, de forma alguma deixa de regular e proteger a “liberdade” do capital, mas seu mínimo se aplica tão somente para a conversão de direitos à classe trabalhadora: redução dos investimentos em educação, saúde, seguridade, assistência e etc...

radicalmente livres para se realizar no mercado, subtraindo todo o tipo de proteção social deixando que os sujeitos recorressem à livre iniciativa do mercado para se reproduzirem. Acreditava que o estado bloqueava a liberdade dos sujeitos.

Em suas próprias palavras:

“Não há dúvida de que a segurança [econômica provida pelo estado] adequada contra as privações [da pobreza], [...] deverão constituir objetivos importantes da política de governo. Mas, para que essas tentativas sejam bem-sucedidas e não destruam a liberdade individual, a segurança deve ser proporcionada paralelamente ao mercado, deixando que a concorrência funcione sem obstáculos. Certa medida de segurança é indispensável à preservação da liberdade, porque a maioria dos homens só aceita de bom grado o risco inevitavelmente implícito na liberdade se este não for excessivo.” (HAYEK, 1946, p. 194-195).

Por fim, cita Benjamin Franklin quando referencia o “risco da liberdade”:

“aqueles que se dispõem a renunciar à liberdade essencial em troca de uma pequena segurança temporária não merecem liberdade nem segurança”. (apud. HAYEK, 1946, p. 195).

Em suas palavras Hayek evidencia a necessidade de um “Estado mínimo”, regulando a economia e que a “segurança às privações” ocorra de forma “paralela” ao mercado sem intervir no mesmo, pois os sujeitos (pauperizados) não tem coragem de aceitar os riscos da liberdade, aqui os riscos da liberdade são em si a miséria. E cita Franklin reforçando a “covardia” dos pobres em temerem ela própria em detrimento de algo absolutamente deturpado que Hayek chama de “liberdade”.

Será sob esse tipo de pensamento que a sociedade tardo-capitalista irá construir suas reações a partir da década de 80.

O conjunto deste pensamento, pioneirizado por Hayek e seus colegas, ficará conhecido como pensamento neoliberal, que terá em seu núcleo três propostas fundamentais: 1) “flexibilização” (da produção e das relações de trabalho); 2) “desregulamentação” (das relações comerciais, financeiras e proteções estatais); 3)

e, sobre tudo, a “privatização” (da estrutura do Estado) (NETTO, 2012). Diretrizes essas que viriam a ser preconizadas pelo Consenso de Washington (1989), formuladas por membros de instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro Norte Americano, criados pelo Tratado de Bretton Woods em 1944.

No entanto, não foi automática a adoção da política-econômica neoliberal pelo mundo capitalista. Ela levou quase dez anos para ser posta em prática, desde os sinais do esgotamento de sua valorização. Sua primeira representação, talvez a mais “pura” e emblemática até os dias de hoje, foi o governo de Margaret Thatcher que passa a implementar a cartilha neoliberal na Inglaterra a partir de 1979: eleva as taxas de juros, reduz os impostos sobre rendimentos altos, extingue o controle sob os fluxos financeiros, amplia os níveis de desemprego, contém as greves e desmonta os movimentos sindicais, reduz drasticamente os gastos sociais e por fim, inicia um processo de privatização dos bens públicos, não sem resistências (ANDERSON, 1995).

É evidente que se conjugarmos essas medidas, neoliberais, poderemos observar diretamente em que isso resulta: numa brutal elevação do pauperismo e da exploração das classes subalternas em nome da manutenção das taxas de lucro capitalistas. Em outras palavras, uma imensa derrota para a classe trabalhadora.

Nos anos que se seguiram, aliás, apenas um ano depois de Margaret Thatcher, Ronald Reagan é eleito nos Estados Unidos e passa a ser o representante da política neoliberal na “terra da liberdade”, a maior potência do mundo. Passados Margaret Thatcher e Reagan até meados da década de 90 quase todas as economias capitalistas já haviam ingressado na política neoliberal com uma virada

radical do mundo à direita em todos os continentes (NETTO, 2010). Virada esta, que tem se mostrado caminhar neste sentido (à direita) de forma cada vez mais radical e violenta, muitas vezes pautada por todos os tipos de fundamentalismos – um leitor sensato saberia identificar facilmente, em nossos dias, expressões do que me refiro.

Os efeitos dessa política passam a ser sentidos em todo o mundo, como por exemplo, taxas de desemprego globais nunca vistas antes, a pobreza e a miséria cada vez mais crescentes, questões ambientais latentes. Esses efeitos recaem de forma distinta e com maior peso sob os países de capitalismo periférico, esses que nunca chegaram ao menos a experimentar o estado de bem-estar social.

Um dos principais instrumentos coercitivos para a realização da cartilha neoliberal nos países periféricos são as condicionalidades de empréstimos (a países “quebrados”) impostas pelas instituições financeiras internacionais, como foi o caso dos países da América Latina tensionados pelas medidas do Consenso de Washington.

As medidas “de auxílio” para as economias em “dificuldades” do Consenso de Washington - redução dos gastos públicos, reforma tributária, abertura comercial aos investimentos estrangeiros, privatização das estatais, desregulamentação das leis econômicas e trabalhistas (“flexibilização/desregulamentação/privatização”) – resultaram em: a) transferências de gigantescas quantias de dinheiro estatal para as empresas privadas (“privatização”), resultando na redução do salário real dos trabalhadores na medida em que o enxugamento dos serviços públicos gratuitos força, agora, os trabalhadores, cada vez mais, pagarem por serviços antes públicos como educação, saúde, previdência e etc. (aumento do pauperismo); b) a desregulamentação propiciou a desproteção de boa parte das economias estatais,

possibilitando uma imensa mobilidade do capital financeiro abrindo espaço para ataques especulativos às economias estatais, além da redução no salário real por meio dos ajustes tributários, cada vez mais regressivos; c) a flexibilização atacou diretamente os direitos trabalhistas conquistados por décadas de lutas, trazendo um quadro de aumento do número de desempregados conseqüente da redução dos postos de trabalho, aliado à extensão das jornadas de trabalho daqueles que se viram ocupados. Portanto, uma expansão da exploração entre tantas outras conseqüências (NETTO 2012). Este movimento do Estado mediado pela política neoliberal será entendido por Elaine Behring como a contra-reforma do Estado.¹⁰

Os reflexos mais imediatos nessa nova política para o conjunto da classe trabalhadora são, a produção massiva de desemprego em escala global e o empobrecimento relativo e absoluto da classe trabalhadora. A ONU – Organização das Nações Unidas - estima em 2010, que em torno de 2,5 bilhões de pessoas no mundo viviam com menos de dois dólares por dia. As taxas de desemprego consideradas normais pelos organismos oficiais têm sido reajustadas de tempos em tempos. Na década de 60, as taxas aceitáveis permeavam os 3% e 4%; nas duas décadas seguintes se ampliam para 5% e hoje tem sido aceitável um índice de desemprego de até 7%. Isso demonstra a estruturalidade do desemprego no Modo de Produção Capitalista e, mais uma vez, sua vinculação intrínseca com a lei geral de acumulação¹¹ (MARANHÃO 2012).

¹⁰ A autora utiliza esse termo devido à recusa de usar a palavra reforma para processos regressivos, entende que o reformismo progressista é componente da esquerda no campo de suas estratégias de luta, portanto não julga adequado o termo “reforma do Estado”.

¹¹ Para mais informações a respeito da lei geral de acumulação capitalista consultar o capítulo 23 do primeiro livro de O Capital de Karl Marx.

No entanto para o capitalismo essas medidas, num primeiro momento, trouxeram em um sutil fôlego para a economia internacional com a mercantilização dos serviços estatais e atenção quase integral da economia estatal ao grande capital, e às metas primárias neoliberais: a deflação, a estruturação da moeda e o aumento do desemprego. No entanto, nas diversas latitudes e em momentos diferentes, esses recursos têm mostrado sinais de esgotamento, reingressando num quadro de sucessivas crises e recuperações num cenário descendente de uma crise maior, desta vez se espalhando em escala global e para todos os segmentos produtivos, sobretudo condicionada pela globalização do capital - quem vem atingindo seu auge nos últimos anos.

1.3 Crise Sistêmica e à Barbárie

Coincide neste mesmo cenário e período um fenômeno próprio do capitalismo, aquilo que alguns autores chamam de crise sistêmica do capital, que não é apenas uma crise onde a acumulação capitalista se vê impedida de se desenvolver, mas uma crise que abarca toda a estrutura da ordem do capital (NETTO 2012). Ela ocorre em escala global, em todos os segmentos produtivos e se expressa em todas as relações de produção/reprodução.

Segundo Netto, o mundo experienciou três dessas crises. A primeira ocorre em 1873, e teve como cenário a Europa, durando até 1896. A segunda, mais famosa e já citada, eclode em 1929, se concluindo no segundo pós-guerra. A terceira crise sistêmica teria seus primeiros sinais com a crise da Bolsa de Nova York, em 1987, tem se configurado até os dias de hoje num quadro de crises cíclicas inseridas numa

curva decrescente da taxa de crescimento das grandes economias globais. Contudo, a mídia e seus comentaristas têm caracterizado nessas crises como fenômenos pontuais, sem conexão alguma umas com as outras: crise dos “Tigres Asiáticos”, a “Crise da Bolsa Nasdaq”, a “Crise Imobiliária” e a “Crise do Euro” entre outras (NETTO, 2012). Netto defende a tese de que estas crises não estão dissociadas e participam de um contexto maior de uma crise sistêmica, que perdura até os dias de hoje e que não apresenta perspectivas otimistas para sua conclusão.

O capitalismo tardio ou tardo-capitalismo imbuído de uma crise sistêmica, reagindo a ela segundo a cartilha neoliberal, contribui de forma violenta para ampla expansão do número de pauperizados em nossa sociedade e, por consequência, no tensionamento da contradição capital/trabalho, instaurando um cenário de barbárie. Este trará sérias implicações na chamada “questão social”, objeto da ação profissional do serviço social.

Este cenário de novas expressões, como vimos, irá resultar em alterações na forma em que se expressam as manifestações da “questão social”; onde as formas tradicionais de trabalho serão postas em xeque, a organização política dos trabalhadores será comprometida e a exploração do trabalho é intensificada.

Os Estados diante do agravamento das expressões da “questão social” se vêem obrigados a realizar intervenções. Não sem razão, as organizações internacionais passam a partir do início do último século a projetar objetivos humanitários para todo o planeta, estes que até hoje nem sequer chegaram perto de

serem cumpridos, como a redução da “pobreza extrema”, leia-se miséria¹². Observando estas tensões, os mecanismos financeiros internacionais passam a defender uma “outra política”, esta agora com o intuito de “remediar” os reflexos perniciosos da sua primeira. Estes passarão a defender uma agenda de combate ao exército de pauperizados, produzido por essa nova fase de produção do capital.

Essa agenda assumirá duas frentes fundamentais, segundo Netto: a militarização da vida social e a assistencialização minimalista ao exército de pauperizados. Pensarão os dirigentes da classe dominante:

-- Ora, se vemos um exército de pobres, assistencialismos com o mínimo. Se ainda sobraem mais desses miseráveis, os assassinamos. Criamos novas guerras, e “de quebra” ganhamos um novo mercado: destruir e construir. Assim abrimos demanda tanto com a destruição quanto com a construção e por fim com os juros do custeio de ambos. Um excelente negócio!

A resposta é simples e brutal.

A indústria bélica, historicamente um dos escapes à supercapitalização da economia capitalista e característica essencial do capitalismo tardio, altera seu caráter esporádico como subterfúgio de crises. Principalmente após o final da guerra fria (1991) passa a fazer parte do cotidiano das cidades e do próprio capital na administração das guerras internas (ao tráfico, ao terror, ao crime e etc.). O Mapa da Violência de 2014¹³ aponta que mais de 50 mil brasileiros tiveram mortes violentas

¹² ONU. Declaração do Milênio. Lisboa, United Nations Information Centre. 2000. Disponível em: http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf

¹³ WAISELFISZ JJ. Mapa da Violência 2014. Os Jovens no Brasil. [Internet]. Brasília 2014. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf

no ano de 2012. Desse número a imensa maioria é de jovens negros e pobres, num quadro progressivo de mortes ano a ano. A administração da miséria implica, sim, no extermínio das camadas pauperizadas, o que, do ponto de vista do capital, controla o contingente de “desocupados” cada vez maior, de forma a colaborar com a manutenção dos lucros e a ampliação da indústria bélica.

Um outro viés da política coerciva assumida pelos Estado é relativo às prisões. Segundo dados da Rede Justiça Criminal de agosto de 2013, a população carcerária do Brasil em 2011 (últimos dados) era de 514 mil, no ano de 1995 era de 148 mil, ou seja, em 16 anos mais que triplicamos a população carcerária do país, e, novamente, segundo os dados do instituto, esses presos são majoritariamente negros e pobres. Este contingente de encarcerados, além de serem subtraídos do convívio social, tem contribuído para algo que tem surgido nos últimos dez anos e tem provado ser uma tendência. São as Parcerias Públicas Privadas (PPPs) em presídios. Segundo o portal de notícias eletrônico Última Instância da Uol, em matéria publicada em 11/01/2014, já são 22 penitenciárias em PPP no Brasil, localizadas em Santa Catarina, Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, Tocantins, Alagoas e Amazonas. A média mensal que o Estado brasileiro paga para as empresas para a manutenção de cada preso é de R\$3mil. Como se não bastasse, recentemente, aqui, na terra do samba, temos discutido e aprovado e algumas instâncias a redução da maioria penal, ponto positivo na guerra aos lucros, em que estendemos a margem de “presidiáveis” de 18 a X anos, para 16 a X anos. Isso representa um aumento de alguns pontos percentuais no lucro de todos os setores envolvidos com a manutenção do sistema prisional.

Desta forma, a política de encarceramento assume um caráter criminalizador e controlador das camadas pauperizadas, ao mesmo tempo em que viabiliza a transferência direta de recursos públicos às empresas privadas por meio das PPPs.

O último ponto a respeito desta política de administração da pobreza, foco maior, mas não mais importante da discussão, são as políticas assistenciais minimalistas. Essas caracterizadas como quantias, “benefícios” pagos em dinheiro àqueles que se submetem a uma avaliação socioeconômica rigorosa, atestam a incapacidade de se reproduzirem socialmente. Não obstante, essas políticas regularmente se vinculam a condicionais permanentemente fiscalizadas pela estrutura estatal e alinhadas ao padrão de desenvolvimento, como frequência escolar e acesso à saúde, produzindo um complexo esquema de vigilância social em que participam: pais, escolas, professores, a comunidade, vizinhos, parentes, Conselhos Tutelares, sistemas de cadastro e etc. Um aparato político altamente tecnológico de vigilância e controle.

É inegável a revolução que este tipo de política (assistencialista) realizou no cotidiano das famílias pobres aqui no Brasil, e não só aqui. É verificável a alteração que a assistência produz nos sujeitos e comunidades. Também é inegável que o valor submetido a essas políticas é ínfimo se comparado às quantias destinadas aos pagamentos de dívida pública, por exemplo, ou em vista dos benefícios à manutenção do mercado de consumo que produzem, ou da construção de uma ideologia hegemônica, sem contar nos óbvios ganhos eleitorais (vide as últimas vitórias do Partido dos Trabalhadores).

No ano de 2014, foi gasto com o programa Bolsa Família apenas 1,25% do orçamento da União, num universo total de gastos em assistência social de 3,08%.

Números diminutos se comparados aos 45,11% dos gastos com juros e amortizações de dívida, que chegam a totalizar R\$978 bilhões¹⁴ no mesmo ano. Quase a metade de todos os recursos do país se destinam a essa finalidade. E a progressão de gasto com política de assistência minimalista é ascendente. Em 2009, o repasse para os estados e municípios foi da ordem de R\$12 bi, e progridem até chegarem a cifra de R\$27 bi, em 2014¹⁵.

Neste quadro vimos que há de fato uma política de administração da miséria via extermínio, prisão e assistência, vinculado a diretrizes neoliberais de redução dos gastos públicos, privatização das estatais, desregulamentação das leis econômicas e trabalhistas nos desenha um cenário onde os diversos mecanismos da seguridade se vêem cada vez mais reduzidos. A saúde tem sido privatizada e tem se tornado cada vez menos universal. As verbas previdenciárias têm sido destinadas à fins econômicos e seu acesso tem sido cada vez mais condicionado, para não mencionar detalhes do processo de privatização de serviços essenciais e de utilidade pública como a educação, transporte, água, comunicações e energia e afins.

Ao contrário do que se pensa, não há uma redução nos setores da seguridade e uma ampliação da assistência. Note que usamos o termo “políticas assistenciais minimalistas”, pois o que há é uma expansão na estrutura mínima de triagem e cadastramento que garanta a execução dos “benefícios assistenciais”. Os profissionais dos CRAS e dos CREAS não estão mais bem equipados, com

¹⁴ A síntese dos dados orçamentários pode ser encontrada na página do Auditoria Cidadã: <http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>, ou para informações mais detalhadas ver: <http://www12.senado.gov.br/orcamento/loa>.

¹⁵ Dados de: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>

melhores condições de trabalho ou seu próprio contingente em si aumentou por meio de concursos públicos novos e anuais. Não obtivemos conquistas progressistas de direitos no marco da assistência, exemplo disso são os sinais de redução de recursos para programas de atenção social básica como o Serviço de Proteção Social Básica à Família a partir de 2014¹⁶, em que houve um corte de R\$58 mi no repasse aos municípios. Podemos dizer que há uma desestruturação gradual da seguridade como um todo, mas com a manutenção e ampliação de políticas assistenciais minimalistas.

Diante deste quadro Netto nos lembra:

“As concretas possibilidades civilizatórias da ordem do capital sempre estiveram presentes nas análises de Marx (e de Engels) — e a explícita determinação de tais possibilidades aparece com nitidez ao longo de toda a sua obra, [...]. a emergência do capitalismo abre um extraordinário horizonte de desenvolvimento das forças produtivas, que permite a otimização da relação sociedade/natureza; a criação do mercado mundial instaura a alternativa do gênero humano tomar consciência da sua unidade; viabiliza-se uma literatura universal; realiza-se a emancipação política dos homens e a ordem burguesa engendra a sua negação, isto é, a possibilidade concreta da sua superação, da superação da pré-história da humanidade, [...]” (NETTO, 2012, p. 425)

Netto recorda que a teoria marxiana contempla o reconhecimento de uma dimensão civilizatória (progressista) na ordem do capital, de fato bem clara na descrição da acumulação primitiva, capítulo 24 do primeiro livro de O Capital, ou no próprio Manifesto do Partido Comunista. Esta colocação é facilmente verificada. Vemos o desenvolvimento das forças produtivas que o capitalismo propiciou, os avanços na esfera dos direitos sociais, ainda que formais, o desenvolvimento tecnológico, a comunicação, a capacidade de técnica de prover a humanidade em

¹⁶ Dados podem ser encontrados sistemas de informações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/miv/miv.php>.

sua subsistência elementar ainda que não socializada a riqueza e etc. No entanto, o capital executa essa dimensão civilizatória por mecanismos bárbaros, de forma que o atual modo de produção se vincula necessariamente à contradição civilização/barbárie. Diante deste quadro do tardo-capitalismo aliado aos indicativos de uma crise sistêmica, em que a gestão das manifestações da “questão social” é realizada por meio da militarização e da assistencialização essencialmente, Netto defenderá a tese de que a dimensão civilizatória presente em toda a história do capitalismo se vê esgotada. A ponta como sinais deste esgotamento:

“a *financeirização especulativa e parasitária* do tardo capitalismo e sua economia do *desperdício* e da *obsolescência programada*, passando pelas tentativas de centralização monopolista da *biodiversidade* e pelos *crimes ambientais* e alcançando a esfera da *cultura* — aqui, jamais a decadência ideológica estudada por G. Lukács atingiu tal grau de profundidade e a manipulação das consciências pela mídia atingiu tal magnitude (com todas as suas consequências no plano político imediato).” (NETTO, 2012, p. 426).

Ou seja, ao atingirmos a forma mais madura do capitalismo (tardio), reinsertos em uma crise sistêmica em que as saídas serão vistas numa política-econômica altamente destrutiva (neoliberalismo) que irá refratar na vida social, política, econômica, cultural e ecológica do conjunto do planeta, abrimos espaço para esgotamento das possibilidades progressistas do capitalismo, nos restando apenas sua metodologia barbara e violenta.

Será inserido neste quadro, rapidamente esboçado no primeiro capítulo deste texto, que buscaremos entender como se apresentam a política de assistência de maneira geral e por fim no município de Sorocaba/SP.

2 Políticas Sociais e Assistência Social

2.1 Um panorama das políticas sociais no mundo

Antes que apresente o objeto deste trabalho, me parece de fundamental importância que se discuta uma breve introdução sobre as políticas sociais, percorrendo a seguridade social e algumas particularidades do Brasil, até que me aprofunde sob a tese da centralidade da assistência no contexto atual.

Conforme expus anteriormente, em escala global são gestadas novas estratégias no trato das refrações “questão social”. Neste contexto de crise do capital, o centro da administração dessas refrações será por meio da execução de políticas sociais entre outros meios de administrar as tensões capital/trabalho.

As políticas sociais são mecanismos de incidência nas refrações da “questão social”, ou seja, são formas de atender as necessidades de parte da classe trabalhadora para garantir a demanda do capital por legitimidade e continuidade da reprodução da força de trabalho. O agente mediador desse instrumento político é o Estado burguês, portanto o surgimento dessa ferramenta, ainda que impreciso, comumente se vincula a formação Estados Nação na Europa ocidental no final do séc. XIX e aos movimentos da classe operária da época. (BEHRING e BOSCHETTI, 2008). Desta forma, as políticas sociais assumem um duplo caráter histórico: a) de manutenção da ordem burguesa, da produção/reprodução do capital; b) e da atenção a demandas das classes trabalhadoras, com a criação barreiras relativas à exploração do trabalho de imediato, e no longo prazo garantem a continuidade e

legitimidade da exploração. A “questão social”, vinculada à noção de pauperismo¹⁷, começa a ser usada pela literatura na Europa no mesmo período desses conflitos. Devido a sua relação fundamental com a lei geral da acumulação, onde o Modo de Produção Capitalista produz além de mercadorias a progressiva pauperização dos trabalhadores, os dirigentes estatais se vêem obrigados a promover estratégias para que visem garantir a legitimidade da exploração.

Em síntese, no período em que surgem os Estados Nação na Europa capitalista, surgem com eles os conflitos entre as classes, a noção de “questão social” e de pauperismo. Esse último, alvo de ações que serão conhecidas como políticas públicas.

Fundamentalmente a “questão social” será tratada por duas vias: a) a coerção estatal entendida como “caso de polícia”¹⁸, por meio da violência oficial; b) e o consenso, onde uma de suas estratégias é a implementação de políticas sociais. Essas duas estratégias, de atuação sob as refrações da questão social, tomarão diferentes medidas e formas nos diferentes momentos históricos.

De maneira geral podemos demarcar dois grandes períodos da história do capital, que irão balizar o desenvolvimento das políticas sociais no planeta como um todo. O capitalismo concorrencial e o capitalismo monopolista, ou imperialismo, (este último subdividido em sua fase inicial e em sua fase tardia). A fase tardia também dividia fase em expansiva e de estagnação. Para fins didáticos esquematizamos da seguinte maneira:

1. Capitalismo Concorrencial;

¹⁷ Vide nota de número 2.

¹⁸ “Questão social é caso de polícia.” é uma frase célebre dos ex-presidente Washington Luís referindo-se aos movimentos populares presentes em seu governo (1926-1930).

2. Capitalismo Monopolista (imperialismo);

2.1. Tardo Capitalismo;

2.1.1. Onda Longa de Expansão;

2.1.2. Onda Longa de Estagnação.

1) no primeiro período, o capitalismo concorrencial as políticas sociais se apresentam como protoformas, escopos rudimentares do que se tornarão. Ainda no velho continente elas surgem, visando outra forma de lidar com a “questão social”, inicialmente com um viés assistencialista, moralizante (traços que persistem) e muitas vezes condicionada ao trabalho compulsório, em que um “auxílio” minimalista restritivo era concedido aos pobres, e incapacitados para o trabalho. Buscavam estabelecer o imperativo do trabalho a todos, obrigar os pobres a aceitar qualquer trabalho, regular a remuneração do trabalho “por baixo”, pelo mínimo, ainda que insuficiente à sobrevivência, e impedir mendicância dos pobres válidos, ou seja, capacitados ao trabalho. Qualquer semelhança com os dias atuais não poder ser coincidência.

Os principais marcos do período são:

- Estatuto dos Artesãos de 1563.
- Lei dos pobres elisabetanas de 1531 e 1601.
- Lei de Domicílio de 1662.
- *Speenhamland Act* de 1795.
- Nova Lei dos Pobres de 1834.¹⁹

Contudo, será na passagem do primeiro ao segundo grande período do capital onde as políticas sociais se generalizarão na segunda metade do séc. XIX.

2) No capitalismo monopolista, a política imperialista e o pensamento liberal clássico incidem no trato da “questão social” assumindo uma forma repreensiva. No

¹⁹ Para uma breve discussão sobre essas políticas ver Behring e Boschetti, 2008

entanto os movimentos da classe trabalhadora pressionam para o desenvolvimento, ainda que tímido, de políticas sociais um pouco mais concretas. Neste momento o Estado liberal compreende que para garantir a manutenção da propriedade privada deverá abrir concessões à classe trabalhadora e veem nas políticas sociais uma forma de responder à “questão social” sem que se toque em seu cerne, sem que se coloque em xeque a ordem capitalista (BEHRING e BOSCHETTI, 2008).

2.1) Portanto, será no início de da fase tardia do capital que as políticas sociais passarão a ser ampliadas.

2.1.1) No “período de expansão” do tardo-capitalismo (1945 a 1974) essas políticas se ampliarão, mas sem que se perca de vista seu caráter reformista e de manutenção da ordem. A polarização do segundo pós-guerra será um fator decisivo para adoção de tais medidas. O contraponto soviético, as revoluções e tentativas de revoluções socialistas²⁰ fazem grande pressão para que o capital abra concessões e engrossam as lutas da classe trabalhadora²¹. Por conseqüência, os conflitos pressionam a ampliação da ação estatal sob a “questão social” por meio de políticas sociais, sob as idéias de Keynes e Beveridge.

2.1.2) já na fase tardia de estagnação (1974 em diante), pensamento neoliberal ganha terreno²² potencializado pelo fim da União Soviética então se inicia o processo de contração de investimento em políticas sociais no contexto de contra-reforma do Estado. Neste contexto o trato tradicional às refrações da “questão social” (coerção e consenso) assumem novas formas: a militarização da vida social

²⁰ Congo, Bolívia, Chile, Cuba e etc..

²¹ Este período, mais próximo do nosso recorte, já foi melhor tratado no capítulo anterior.

²² A discussão a respeito do pensamento neoliberal bem como do período em questão já estão no primeiro capítulo deste texto.

e a assistencialização minimalista por parte do Estado, aliada a contração do conjunto de políticas sociais²³.

Apresentado assim, temos, nas políticas sociais, um mecanismo particular do Modo de Produção Capitalista que se transfigura de acordo com os distintos momentos históricos desse mesmo modo de produção. Devido a isso observamos sua íntima relação com os movimentos econômicos, políticos e ideológicos para que não se perca de vista os processos que em última instância irão direcionar a formatação das políticas sociais. Ter em mente este quadro global (ainda que ignorando particularidades importantes), é fundamental para que não nos centremos em análises superficiais a respeito das políticas sociais.

2.2 Uma introdução à história da proteção social no Brasil

As primeiras ações “protetivas” nacionais datam de antes da Proclamação da República²⁴, estavam vinculadas a organizações civis associados ramos profissionais específicos ou em programas e estabelecimentos públicos que concediam primitivas formas de assistência a segmentos específicos do funcionalismo público, além de serem ações muito escassas e pontuais. Já nos primeiros anos do período republicano passam a se criar seguros de aposentadorias para categorias de funcionários públicos, sobretudo associados a profissões militares²⁵: funcionários do Ministério da Economia (1890), funcionários civis do

²³ A respeito do viés específico desse momento já tratamos quando discutimos a tese de Netto sobre a barbárie.

²⁴ A Proclamação da República aconteceu em 15 de novembro de 1889.

²⁵ Importante lembrar que a Proclamação da República se deu, sobre tudo, com o apoio dos militares e que os primeiros presidentes do período foram marechais (Deodoro e Floriano), que governaram no período conhecido como República da Espada (1889 a 1894). Podemos atribuir a essas razões o fato de o surgimento das primeiras ações previdenciárias estarem vinculadas a setores militares devido a influência desse setor da sociedade na época (FASUTO, 1999).

Ministério da Guerra (1891), operários do Arsenal da Marinha da Capital Federal (1892), empregados da companhia da estrada de ferro Central do Brasil (1890), funcionários da Casa da Moeda (1911) e funcionários dos portos do Rio de Janeiro (1912). Veremos que essas ações se dirigirão aos setores vinculados aos militares, a ramos estratégicos da economia, como a estrada de ferro²⁶ e portos e a alguns segmentos do funcionalismo público (BOSCHETTI, 2008).

É importante ressaltar que as constituições existentes até então, a Constituição imperial de 1824 e a republicana de 1891, se pautavam no princípio da “liberdade”²⁷ de regulamentação do trabalho, ou seja, na não regulamentação por parte do Estado sobre o trabalho. Não era objeto da política estatal a intervenção em assuntos trabalhistas. Este princípio constitucional irá perpetuar formalmente até a década de 30 do século XX, pautado pelo ideário liberal clássico, se alterando apenas na constituição de 1934, já no período Vargas (BOSCHETTI, 2008).

Em meados da primeira década do século XX, o país já apresenta uma industrialização relevante, que será impulsionada pela Primeira Guerra Mundial. O fluxo migratório de estrangeiros, sobretudo de italianos, voltados ao trabalho nas indústrias trará uma outra visão sobre relações de trabalho e exploração. Com o ingresso de imigrantes anarquistas e sindicalistas, e posteriormente com o reforço político no cenário internacional da Revolução Russa, as organizações de trabalhadores no Brasil passarão a exercer pressão sobre o Estado, reivindicando reformas com relação à regulamentação da jornada de trabalho, sobre trabalho

²⁶ A importância da estrada de ferro nesse se destaca devido a sua centralidade no escoamento do café aos portos. Devido a nossa economia, na época, ser essencialmente agroexportadora (FASUTO, 1999).

²⁷ O termo “liberdade” é colocado entre aspas devido ao período ser escravocrata e a referida liberdade se vincula à ideia de não regulamentação do trabalho (livre de regulamentação estatal), de forma que essa “liberdade”, não intervencionista, contempla o trabalho escravo, visto que não intervém nele.

infantil e feminino, férias e salários. Este movimento desencadeará importantes greves²⁸ que tencionarão os agentes do Estado a promoverem ações protetivas.

Portanto é sob esse cenário que será aprovada a Lei Eloy Chaves, em 1923, que obrigará as empresas da estrada de ferro a instituírem as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs). Esta lei será uma espécie de fundo coletivo vinculado à contribuição compulsória, sendo de gestão e financiamento tanto dos trabalhadores quanto das empresas. Esses fundos procuraram garantir aos trabalhadores assalariados de certas instituições e empresas atendimento médico, aposentadoria e pensão em caso de morte. Contudo, esta política permanecerá centrada na lógica do seguro, ou seja, mediante a uma contribuição direta do trabalhador para o acesso a serviços protetivos, e ainda, vinculada a uma gestão privada, mas sob a regulamentação do Estado.

Nos anos que se seguem até início da década 1930, serão incluídos gradativamente outros setores à obrigatoriedade das CAPs. Entretanto, ainda restritos a setores estratégicos da economia: como portuários, ferroviários, e funcionários públicos²⁹.

A discussão a respeito da assistência até então estará imbrincada com as demais políticas sociais, pois no período não havia uma distinção clara entre essas ações como temos hoje (previdência, saúde e assistência no âmbito da seguridade). A assistência tradicional, até o período Vargas³⁰ continua restrita a ações filantrópicas religiosas e a organizações civis privadas. Nota-se que até então não

²⁸ Refiro-me das greves de 1917 – 1920 iniciada em São Paulo e posteriormente se alastrando por todo o país (FASUTO, 1999).

²⁹ A centralidade desses setores nos indica um momento, do ponto de vista econômico de crescimento da indústria e dos setores urbanos no país, até que na década de 30 iniciaremos processos de industrialização conscientes (projetados), e não obrigatórios como foram os motivados pela primeira guerra e a crise da bolsa de Nova Iorque (FAUSTO, 1999).

³⁰ Corresponde ao período entre os anos de 1930 a 1945.

havia um reconhecimento formal da chamada “desigualdade social” e lia-se a miséria e a pobreza como uma fatalidade, e não como uma questão estrutural. Isso não significa que este pensamento será radicalmente alterado após o golpe de 1930. A assistência permanece marginalizada até a constituição de 1988 que reconhecerá nela um direito e não uma ação legada à caridade.

Com o fim da República Velha e início do período Vargas, o país experimenta profundas transformações em sua economia e nas políticas sociais. Do ponto de vista econômico, há uma transição do regime de produção agrícola voltado a exportação para iniciarmos um regime de produção industrial voltado ao mercado interno. A respeito das ações estatais e no início da ditadura varguista, serão criadas uma série de regulamentações trabalhistas, a respeito da jornada de trabalho, do trabalho infantil, noturno, bem como dos novos ministérios voltados a serviços públicos inspirados pela ideologia e economia fascistas de Salazar (Portugal) e Mussolini (Itália). No âmbito da previdência, as CAPs serão gradativamente substituídas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), sobretudo a partir de 1938. A principal diferença entre essas instituições se dará com relação a sua natureza que deixa de ser privada e passar a ser pública, agora com uma maior presença do Estado em sua regulamentação, além de os IAPs estarem vinculados a categorias profissionais e não mais restritos a empresas. Contudo, os IAPs permanecem financiados pelas empresas e sobretudo pelos trabalhadores, mas cada vez mais regulados pelo Estado, de maneira que os financiadores do seguro previdenciário tem gradativamente menos autonomia em suas decisões. Destaca-se já nesse período a utilização do fundo dos IAPs, gigantesco se comparado ao orçamento da união na época, para o desenvolvimento do capitalismo industrial nacional, vemos que desde o período Vargas a prática de se utilizar de fundos

oriundos de pagamentos compulsórios por parte da classe trabalhadora para o financiamento de empresas privadas (BOSCHETTI, 2008).

Outra ação importante do período é a criação da carteira de trabalho que estabelece o imperativo do acesso a direitos vinculado ao trabalho formal. De maneira que o cidadão portador de direitos será caracterizado restrito àqueles inseridos no mercado de trabalho formal, ou seja, a questão da cidadania, do sujeito de direito estará vinculada ao trabalho, terão acesso a direitos todos aqueles que se inserem no mercado formal de trabalho, não há uma visão universal do princípio da cidadania.

Data do mesmo período da criação da Legião Brasileira de Assistência, primeira instituição estatal voltada ao trato da assistência social. Inicialmente criada para atender as famílias de pracinhas Brasileiros, a LBA se expande e passa a atender em escala nacional, ainda que de forma não sistematizada, aos “necessitados” por meio da assistência.

É junto à LBA que nasce a tradição do “primeiro damismo” quando a primeira dama Darcy Vargas assume a gestão da instituição, tradição essa que se perpetua com as primeiras damas assumindo a gestão da assistência no país. Esta tradição destaca não só a uma questão séria de gênero, como reforça o vínculo da assistência social com o assistencialismo e a filantropia junto à questão da mulher, ainda não sob a óptica dos direitos, mas sim sob uma visão clientelista e patriarcal.

Nos anos que se seguem, entre o período varguista e o golpe de 1964, não se observam grandes transformações do ponto de vista da proteção social. A LBA expande sua atuação sem alterar seu caráter assistencial, entidades filantrópicas de espalham e passam a ganhar recursos estatais. Para tal, é criado o Conselho Nacional de Serviço Social, o CNSS, visando acompanhar e regulamentar essas

ações que permanecem, sobretudo vinculadas a entes privados com ações focalizadas. Todavia, a publicação do Plano Beveridge no Brasil em 1943, apensar de não resultar em reflexos significativos na seguridade nacional incitou um debate que se perpetuará até a década de 80:

“O Estado deve proteger os trabalhadores contra os riscos ligados ao trabalho ou garantir um padrão mínimo de proteção a toda a população?” (BOSCHETTI, 2008, p.37).

Apenas o trabalhador com carteira assinada é objeto de direitos ou todo sujeito integrante do território nacional é portador de direitos, um cidadão?

Já no período da ditadura civil-militar de 1964, a centralidade do trabalho bem como a lógica do seguro permanecem junto ao acesso a direitos. No período observa-se um processo de burocratização das instâncias estatais, bem como da assistência, previdência e saúde. Os grandes marcos da burocratização serão a criação do INPS e SINPAS. O Instituto Nacional de Previdência Social – INPS será criado em 1966 organizando o sistema previdenciário, mas também centralizando o poder na gestão dos recursos e decisões sobre as ações previdenciárias. Em 1977 a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS promoverá uma integração entre saúde, previdência e assistência, no entanto, sem distinguí-las conceitualmente ainda.

O regime político autoritário, a fim de legitimar seu poder, utilizará da expansão das proteções sociais e sua organização com a inclusão de novas categorias no sistema previdenciário como os trabalhadores rurais com o Funrural em 1971, as empregadas domésticas em 1972, as pessoas com deficiência e idosos com mais de 70 anos em 1974.

Do ponto de vista da assistência, a LBA se tornará uma fundação pública ampliando seu campo de atuação, sem se configurar ainda, a assistência na esfera do Direito. Outros marcos na assistência são: a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor a Funabem em 1964, a Central de Medicamentos a CEME em 1971 e o Banco Nacional de Habitação em 1964. Mesmo com a oficialização da prestação da assistência no âmbito do estado vemos com os marcos do período que ela permanece vinculada a ações pontuais e seletivas, não se constituem um direito ainda que para uma parcela restrita da sociedade.

No regime militar, sob a influência do debate do bem-estar social, a pressão dos segmentos de contestação desta ordem, bem como a necessidade de legitimar politicamente um governo autoritário, servirão de substrato para um processo de ampliação do Estado naquele momento. Alguns autores defenderão que o período da ditadura civil-militar no Brasil será equiparada ao *welfare state* europeu, devido a verificação de certa ampliação da burocracia estatal no período, bem como de políticas sociais. Está afirmativa é um terrível engano, pois, em primeiro lugar o aumento da ação estatal estava altamente vinculado ao aumento do controle de um regime totalitário sob o estado; em segundo lugar porque a expansão das políticas sociais se darão de forma muito incipiente e restrita algo que está muito distante do padrão europeu; em terceiro lugar, a autocracia não permitia participação popular alguma nas instâncias decisórias. Sendo assim, que bem-estar seria possível neste quadro? Está é uma avaliação muito simplista e romântica do período. Devido a essas caracterizações outros autores discutem o período como um estado de mal-estar social, o que me parece mais aproximado da realidade em questão.

O desgaste e as tensões geradas pela autocracia burguesa³¹ de 1964 culminam em uma efervescência política que se estenderá por toda década de 1980. Somente a partir de 1988 que a seguridade passou a ser entendida como um conjunto integrado de ações, e principalmente a assistência de formaliza como um direito, o que até então não era concebida desta forma.

“um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (BRASIL, 2013 Art. 194.)

O reconhecimento tardio da assistência como direito e formalização da estrutura da seguridade social nem bem se colocavam no cenário da proteção social nacional e já encontravam resistências. Acontece que no período da constituinte haviam duas frentes fundamentais para construção da nova constituição: uma frente progressista legada das diversas resistências do período ditatorial anterior, sob influência das mobilizações, revoluções das duas décadas anteriores, também sob a expansão do pensamento crítico das mais diversas matrizes; e outra frente denominada de o “centrão”, uma coalizão de direita em meio a constituinte disputando espaço na construção do texto, e já sob forte influência de organismos internacionais que pressionavam para a implementação das políticas neoliberais. Como resultado deste tensionamento, de um lado se buscava uma ampliação no papel do Estado na proteção social (legado do bem-estar-social) e de outro, representantes da classe dominante brasileira, tivemos um texto dúbio e contraditório desenhado por essas tensões. Não obstante no artigo constitucional

³¹ Sobre a utilização do termo verificar a discussão do primeiro capítulo de: NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social. Uma Análise do Serviço Social No Brasil Pós-64. 17 ed. São Paulo. Cortez. 2015

citado acima, vemos a inserção da sociedade, ainda que em segundo lugar, no papel de prover a seguridade, o que será visto outrora como iniciativas do setor privado e da sociedade civil organizada (ONGs e etc.)

O resultado desse processo de disputas será numa seguridade social pautada por:

“um modelo fundado na lógica do seguro em relação aos benefícios de substituição de renda (aposentadorias e pensões), universal em relação à saúde e seletivo em relação à assistência social, que atenderia aos pobres e inaptos para o trabalho.” (BOSCHETTI, 2008, p.38).

2.3 A Assistência Social no Brasil pós 1988

A constituição de 1988 integrou a assistência social ao conjunto de ações protetivas em âmbito nacional que compõe a seguridade social. Deixando de ser, ao menos formalmente (legalmente), subsidiária dos outros setores da seguridade:

“Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 2013).

A assistência passa a se voltar “àqueles que necessitam dela”, tendo enfoque na maternidade, na infância, adolescência, velhice e pessoas com deficiência³². Ainda na Constituição Federal, irá definir uma quantia mensal no valor de um salário mínimo àqueles que tenham mais de 65 anos ainda que não tenham contribuído

³² Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência; e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (Art. 203. CONSTITUIÇÃO 2013)

para a previdência e a pessoas com deficiência incapacitadas para o trabalho. Essa conquista se realizará por meio do Benefício de Prestação Continuada o BPC (LOAS 1993), um dos marcos no âmbito da assistência na CF. Todavia, o BPC se configura como direito devido amplas lutas de setores progressista no período da constituinte. Notem que o imperativo do trabalho se mantém firme e forte como há séculos atrás, pois é objeto prioritário da assistência, essencialmente os inaptos ao trabalho (idosos, gestantes, crianças, deficientes e etc.). Não se assume formalmente a estruturalidade do desemprego de forma que nem todos, mesmo aptos ao trabalho serão absorvidos pelo “mercado de trabalho”, pois esse excedente de trabalhadores é fundamental para o controle salários e, por consequência, dos lucros. Ainda que se defina como objeto da assistência seja prestada “aquém dela necessitar” ela permanece com seus caracteres prioritários vinculados ao imperativo o trabalho.

A regulamentação do BPC e do sistema assistencial se dará apenas com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social, a LOAS. A LOAS é apresentada ao Congresso em 1990, sendo aprovada apenas em 1993 após muitos debates, ainda no governo de Itamar Franco. A aprovação da Lei que regulamenta a assistência não significou o fim do processo de implementação da assistência, mas sim o início de debates e lutas para sua consolidação.

A LOAS definirá princípios, objetivos, formas de gestão e financiamento para a política de assistência. Contudo, não se propõe a eliminação das desigualdades como um todo, pretende apenas reduzir os impactos da dessa “desigualdade” aos mais necessitados. Define a universalização como princípio ainda que atue em caráter seletivo, ou seja, atendendo “àqueles que dela necessitam”, diferente da política de saúde que de fato se configura como universal, acessível a todos sem

distinção (mas com o recurso de limitação ao seu acesso por meio do corte em verbas). A assistência irá estabelecer duas linhas básicas de ação: os serviços e os benefícios, ambos executados no âmbito dos CRAS e CREAS, que virá com o Sistema Único de Assistência Social em 2005. Os Centros de Referência de Assistência Social, voltados à proteção básica, e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social, voltados à proteção especial, de alta complexidade. Os benefícios irão se configurar em repasses monetários para aqueles que se enquadram em determinado perfil socioeconômico, comprovadamente pobres ou inaptos ao trabalho e mediante à condicionalidades. Serão os principais benefícios: o BPC, já citado, e posteriormente o Bolsa Família.

Do ponto de vista do financiamento a LOAS institui a criação do FNAS, o Fundo Nacional de Assistência Social, vinculado ao Fundo Nacional de Seguridade Social, sob orientação e controle do CNAS, o Conselho Nacional de Assistência Social.

O Conselho Nacional de Assistência Social foi criado em 1993 junto a LOAS e terá por objetivo o “controle social”³³ da política de assistência e seu constante aprimoramento. Composto por 18 membros, sendo nove representantes do Estado e o restante da sociedade civil. Já o FNAS será criado mais tarde, em 1995 tendo sua receita composta por recursos diversificados proveniente da União, doações, aplicação de recursos do fundo entre outros.

³³ Um trabalho importantíssimo a respeito do “controle social” pode ser encontrado em: ALVES, Gláucia Lelis. Controle Social: expressão do reformismo conservador ou da luta pelo fortalecimento da democracia?. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica – PUC. 2010.

A LOAS ainda estabelece que para que os estados e municípios acessem os recursos do FNAS, devem constituir seus próprios conselhos, planos e fundos de assistência social. As condicionalidades para acessar os recursos serão plenamente estabelecidas com a aprovação da NOB, a Norma Operacional Básica, que indicará as diretrizes e os critérios para o repasse do Fundo aos estados e municípios.

Em 1995, a Legião Brasileira de Assistência será extinta, no entanto as entidades privadas que recebem recursos estatais para desenvolver ações assistenciais focalizadas serão mantidas e posteriormente ampliadas, as associações, ONGs etc.

Em 2003, já no governo Lula será aprovada a criação do SUAS, o Sistema Único de Assistência Social, junto ao programa Bolsa Família – união de programas criados no governo de Fernando Henrique Cardoso - que iniciarão uma nova fase da assistência social no país.

A inserção do, Bolsa Escola, do Auxílio-Gás, e posteriormente do Bolsa Família na assistência serão marcos, sobretudo pelo reconhecimento formal, por meio do programa, da estruturalidade da miséria e da insuficiência das remunerações, ou seja, ataca ainda que de forma minimalista com o imperativo do trabalho. O BPC estará vinculado aos inaptos ao trabalho e comprovadamente pobres, ou seja a assistência voltada aqueles que não podem exercer uma profissão. Já o Bolsa Família, ao conceder uma assistência mínima condicionada à renda precária sem distinguir aptos e inaptos ao trabalho, reconhece que de alguma forma a renda das famílias tem sido insuficiente para sua subsistência ainda que seus integrantes estejam ocupados.

Isso não quer dizer que esta idéia seja propagada para o conjunto da população, mas uma análise crítica do histórico das políticas sociais nos mostrará essa face do programa: a necessidade estrutural de se criar políticas públicas para o crescente exército de miseráveis e trabalhadores que vem sua subsistência ameaçada pela liberdade radical de mercado.

2.4 A centralidade da assistência

Logo aprovamos uma constituição disputada, mas ainda assim, relativamente progressista, as influências e pressões do cenário internacional passam a falar mais alto sobretudo a partir da década de 1990.

Em 1995, Mota realiza um estudo em que indica uma tendência a posição de centralidade da assistência social frente às políticas de saúde e previdência, recortando os anos 80 até a data de produção de seu texto. Tendência essa que virá a se confirmar, segundo a autora, em seus novos ensaios em 2010.

Num contexto de crise do capital, seguido de investidas de cunho neoliberal, chegamos a um cenário (como já descrito), de uma reestruturação do mundo do trabalho via políticas de privatização, desregulamentação e flexibilização, em que os trabalhadores formalmente inseridos no mercado de trabalho se reduzem e o exército industrial de reserva se amplia, legando assim, a intensificação do pauperismo e de todas as seqüelas provenientes do mesmo.

Neste cenário, sob o argumento da inviabilidade do balanceamento financeiro das políticas de previdência e saúde, as políticas da seguridade passam a ser alvo da mercantilização capitalista por meios dos diversos tipos de privatização – tanto de propriedade quanto de gestão (planos de saúde e previdência privados, escolas particulares, Organizações Sociais – OS, ONGs, Parcerias Público Privadas – PPPs

entre outras) – dando espaço agora, no trato deste exército de pauperizados à ampliação da política de assistência minimalistas, visando garantir benefícios miseráveis às camadas mais pobres por meios de programas de transferência de renda como BPC, e Bolsa Família.

A respeito do desmonte da seguridade social, Boschetti (2009), sinaliza sua ocorrência por três vias: a) a desconfiguração dos direitos constitucionais; b) a fragilização dos espaços de controle popular³⁴; c) e a redução orçamentária destinadas a essas políticas.

A respeito da desconfiguração dos direitos constitucionais, podemos observar em primeiro lugar que estes não foram uniformizados nem universalizados, tanto a previdência quanto à assistência e à saúde estão longe de estarem integradas intersetorialmente e muito menos universalizadas, ao contrário tem tomado caráter cada vez mais restritivo e focalizado, por seus princípios ou por sua escassez de recursos vinculados à propaganda de seu mal atendimento. Esta desconfiguração de garantias ocorre não somente pela aprovação de projetos de lei e reformas, mas também pela restrição orçamentária que impacta na exeqüibilidade dos preceitos legais. Sobre a previdência, nas últimas décadas, se apresentaram uma série de alterações como as reformas previdenciárias de 1998, 2002 e 2003 promovidas pelos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, e recentemente (2015) novas condicionalidades no acesso ao seguro desemprego e a pensão por morte estão sendo aprovadas, restringindo ainda mais o acesso a esses direitos. No âmbito do SUS, a garantia de seus princípios tem sido vulnerabilizada por restrições

³⁴ A título de recorte não vamos nos ater a esse ponto. Para a exposição integral das discussões de Boschetti ver: BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. Brasília, DF, 2009

orçamentarias sérias, reduzindo seu alcance a demandas emergências, e a atendimentos com um extenso tempo de espera, a inserção das Organizações Sociais na gestão das políticas de saúde instauram uma lógica de mercado na gestão dos direitos sociais, comprometendo seu cumprimento, com cortes recorrentes de pessoal, redução de compra de insumos hospitalares como remédios, entre outros. Já no que diz respeito à assistência em seus objetivos constitucionais, tem se resumido a garantias mínimas aos “excluídos” do mercado de trabalho. As verbas destinadas às ações previstas pelo SUAS e pela NOB, se voltam para as políticas de transferência de renda, precarizando os mecanismos de proteção básica e/ou especial (CRAS e CREAS).

Este cenário inaugura uma nova configuração da proteção social, em que, antes, sua centralidade residia nas políticas de previdência de caráter contributivo, pautadas pela lógica do seguro (1930 até 1988), devido a isso, centradas no trabalho formal, mas com a crise de mercado do capital e a desestruturação do trabalho, se abrem espaços para a mercantilização desta política e a propagação da idéia de crise orçamentária dessas políticas devido à derrocada do trabalho formal. A partir destes indicadores se abre um novo trato na seguridade, agora centrada na figura da assistência (não mais da previdência), mas com um viés minimalista, pautada pelo aumento do desemprego. Em síntese, a reestruturação do mundo do trabalho abre precedentes para uma nova forma de proteção não mais centrada no trabalho formal e sim no desemprego e no trabalho precário.

Esta unidade contraditória, atinge com certa “proteção” as camadas mais pobres dos trabalhadores, enquanto aqueles poucos que mantem seus postos de trabalho com salários capazes de cobrirem sua reprodução se colocam em outra

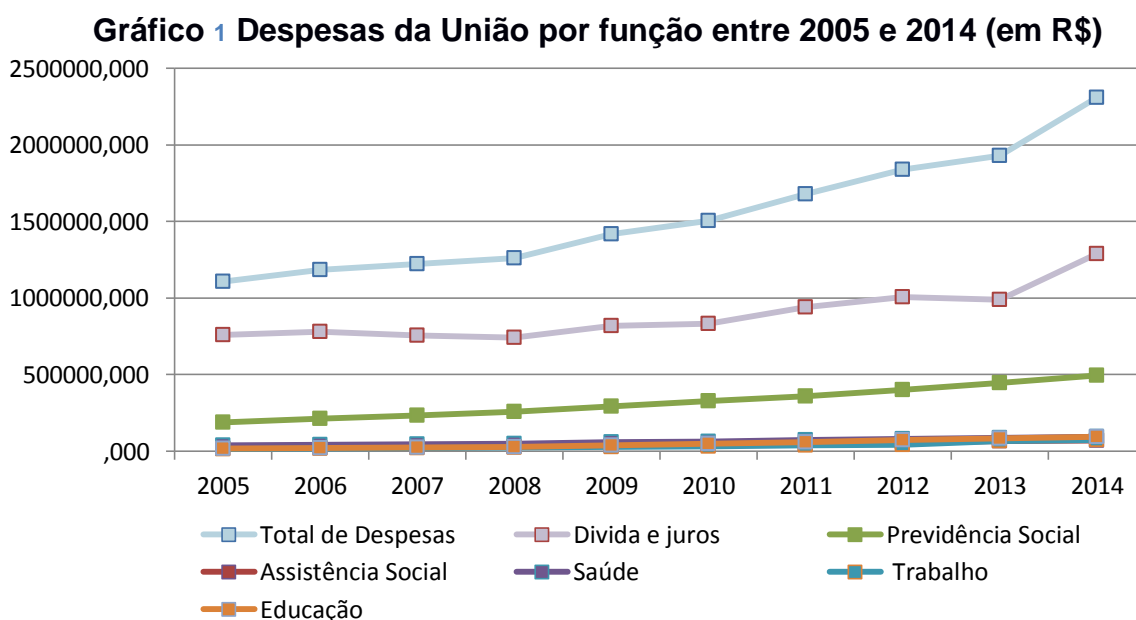
ponta. Entre esses dois extremos se abre uma lacuna de desprotegidos, um conjunto de pessoas que se encontram muito precariamente protegidas pelas ações estatais ou sem proteção alguma. Aqueles que não garantem sua subsistência no mercado de trabalho, nem se enquadram nos quesitos minimalistas para serem atendidos pela assistência.

Com base na idéia desta dualidade, Mota indica a inauguração de duas modalidades essenciais de cidadãos: os *cidadãos-consumidores*, objetos do mercado, onde terão de satisfazer todas suas necessidades protetivas nele por meio de planos de saúde, previdência, e educação privadas; e os *cidadãos-pobres* objeto da assistência minimalista, das “políticas pobres para os pobres”. A ideia desses dois expoentes de cidadão privilegia, sob o fetiche da assistência no enfrentamento da desigualdade social, em novos e lucrativos mercados para o capital, que em nome do “social” não só ampliam seus espaços de investimento como se legitima ideologicamente. No processo de precarização do Estado, serviços antes não capitalizados pela lógica da proteção estatal passam a ser mercantilizáveis. A saúde passa a ser um campo lucrativo, ainda na esfera “pública”, com a introdução das Parcerias Público Privadas na administração dos “equipamentos” de saúde ou das Organizações Sociais. A previdência, quando de difícil acesso e insuficiente estimula o investimento em seguros privados geralmente vinculados a grandes brancos, ampliando o potencial de investimento desses; a assistência, a medida se resume a benefícios não só circula novos mercados por meio de transferências indiretas ao capital (consumo), como seu enfoque midiático (não só econômico), nubla o desmonte das outras esferas da seguridade criando uma sensação de ampliação de

investimento no “social” e reforçando a ideologia dominante com um verniz de “combate as desigualdades” e “inclusão dos excluídos”³⁵ contribuindo para a manutenção da lógica neoliberal. A potencia ideológica dessa estratégia de desmonte é tamanha que é capaz de ludibriar até os “velhos esquerdistas” mais astutos (o leitor mais atento certamente sabe a que me refiro). A respeito do reflexo político-ideológico da “inclusão dos excluídos” dessa dinâmica o professor César Maranhão comenta:

“O aumento dos investimentos em uma política social para os pobres esconde a abertura de novos e lucrativos mercados de investimento para o capital privado, em detrimento do serviço público. Assim é que, atualmente, a “inclusão dos excluídos” serve de discurso de legitimação para o avanço do capital sobre os ativos públicos e para o andamento das reformas neoliberais” (MARANHÃO, 2010).

Uma das formas de verificar a tese de Mota, com certeza não a mais precisa, é a observação de dados gerais do orçamento da União:



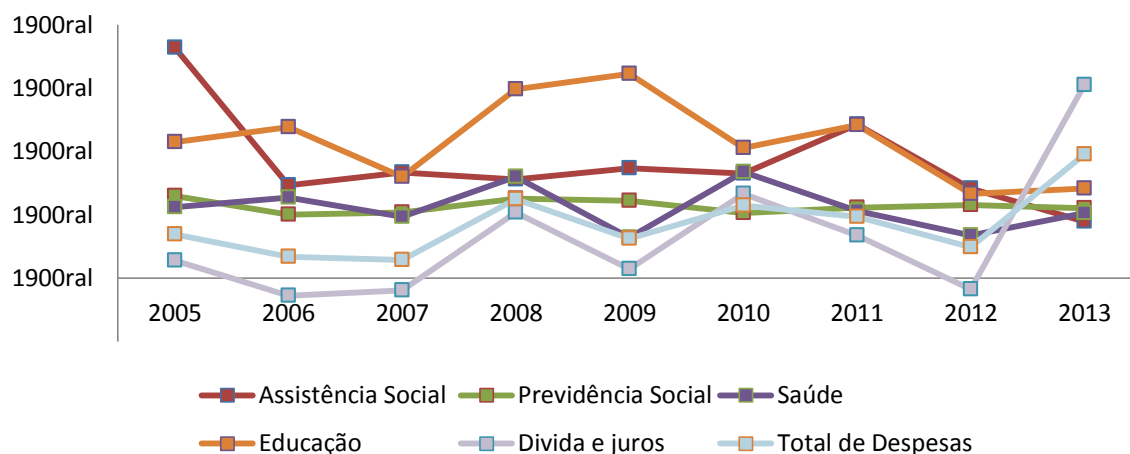
Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, Secretaria de Orçamento Federal - SOF, SEAGE/CGTEC. **Dados disponíveis em:** http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/execucao-orcamentaria-1/publico_cgcon_execucao_funcao220915.pdf

³⁵ Um excelente debate sobre o binômio inclusão/exclusão se encontra em: MARANHÃO, 2010.

A primeira questão que salta aos olhos é a proporção que assume na parcela das despesas da União os gastos com a dívida pública. Não por acaso e cada vez mais esse montante se amplia anualmente conforme aponta o gráfico. A política neoliberal, principalmente em momentos de crise, demandará cada vez mais recursos estatais. Esses recursos são repassados ao capital nacional e internacional por meio de empréstimos (que sem “caixa” o governo assume adquirindo novos empréstimos), isenções fiscais, investimentos de risco em setores de resposta a longo prazo para a posterior venda destas empresas a preços baixíssimos e etc.

Outra questão a se notar é a desproporção dos gastos com saúde, assistência, educação e etc. que são muito pouco expressivos. Observamos os gastos previdenciários quase que constantes e pouco alterados, e com uma taxa de crescimento fixa e sem muitos abalos. Isso se dá: primeiro pelo financiamento compulsório em carteira, ou seja, o contingente de trabalhadores contribui para a manutenção deste orçamento, além do que – em segundo lugar – os ataques à previdência são mais sorrateiros e graduais, garantindo curvas de investimento muito mais constantes, o que não necessariamente ocorre em outros setores. Vejamos o próximo gráfico:

Gráfico 2 - Taxa de crescimento de despesas da União por função e em porcentagem



Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, Secretaria de Orçamento Federal - SOF, SEAGE/CGTEC. **Dados disponíveis em:** http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/execucao-orcamentaria-1/publico_cgcon_execucao_funcao220915.pdf

Este segundo gráfico, a primeira vista confuso, aponta uma taxa de crescimento que beira os 36% em assistência entre 2004 e 2005, ainda no governo Lula, onde todos as outras funções atingem no máximo 21% no mesmo ano. Esse dado nos mostra que naquele ano momento houve uma grande “valorização” da assistência, mas sem concomitância alguma no crescimento em educação, saúde e previdência. Observando o decorrer do gráfico vemos quedas drásticas em todos os setores nos anos de 2007 exceto pela assistência que segue, mesmo que diminuto, em crescimento. Da mesma forma os picos de 2008, em meio a uma crise, atingem a todos menos à assistência que permanece em linha tendencial. No entanto, seus reflexos virão no ano seguinte, com maiores prejuízos à saúde e picos de investimento em educação e assistência. Em 2010, enquanto as despesas aumentam e a saúde ganha fôlego, é a educação que tem redução em seu crescimento, para finalmente nos apontamentos da crise que viria e seus primeiros sinais em 2011, em um último suspiro o governo busca uma saída nos investimentos

em educação e assistência novamente para a passagem de 2012 e 2013 as despesas serem a cada ano carregadas pelas dívidas visando conter a nova, porém anunciadíssima, crise.

Em síntese, é possível observar, unindo os dados de ambos os gráficos, que apesar de diminutos os investimentos na seguridade, a estratégia dos governos petistas – apontamos a figura da coalizão em torno do executivo o que não elimina a participação dos outros poderes nesse processo - dos últimos anos se centraram em assistência e educação, onde a grande abalada foi a saúde e taxas de crescimento homeopaticamente menores na previdência. Se verifica de forma clara, ainda que em uma análise de dados gerais ignorando importantíssimas particularidades, uma valorização substancial da assistência em detrimento de outros itens da seguridade, diga-se de passagem: os mais caros a longo prazo (saúde e previdência). Ao fim dos dados (2014), chegamos a um cenário em que a necessidade de garantir a manutenção da crise – via repasses públicos diretos e indiretos - irá consumir todas as outras prioridades: os “gastos sociais”.

Não temos o privilégio aqui de abordar certas particularidades que tornam este cenário de desestruturação do Estado ainda mais grave. Se levarmos em conta:

- a) parte dos gastos em educação foi por meio de transferências diretas para o setor privado por meio de financiamentos estudantis, bolsas em faculdades particulares pagas pelo Estad;
- b) a administração de unidades de pronto atendimento por meio de OSs nos governos dos estados;
- c) o estaque de concursos públicos para os aparatos de atenção básica e especial da assistência e dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social;
- d) as legislações semestrais aprovadas ampliando as condicionalidades ao acesso à previdência;
- c) os anos sem reajuste de servidores

públicos em geral; d) o desvio de verbas previdenciárias por meio da lei de Desvinculação das Receitas da União a DRU que sabemos que são voltados ao pagamento da dívida. Certamente chegaríamos a conclusão de que o cenário atual é mais grave do que aparenta, mas não é este nosso objeto.

3 Sorocaba: um outra história, um outro olhar sobre suas políticas públicas

3.1 Introdução: aspectos da pesquisa local

Após situarmos o tema em um cenário geral e, posteriormente, nacional com enfoque na seguridade e na assistência – respectivamente capítulos um e dois - nos deparamos com mais um movimento necessário rumo ao particular, que fatalmente se embrinca com o objeto desse estudo (política de assistência no município de Sorocaba): a história de Sorocaba.

Objetivo aqui é tentar um resgate da história do município buscando relaciona-la no momento atual no que tange ao as políticas publicas locais³⁶. Desta forma, acredito poder chegar a uma compreensão mais clara e critica do cenário atual, capitando parte dos processos e transformações no âmbito das ações públicas, para por fim, expor um quadro do cenário atual da assistência.

³⁶ Ao ingressar nessa etapa da pesquisa não pude encontrar nenhuma literatura que tratasse da história das políticas sociais no município, recurso necessário para o nosso processo de investigação, tive acesso a apenas alguns apontamentos e protoformas muito escacas que procurarei explorar. Não me dispus a fazer esta pesquisa, pois não contempla o objeto deste trabalho tão pouco o tempo disponível seria o suficiente.

Uma das primeiras questões que me deparo nesta etapa de pesquisa/produção é a indisponibilidade de bibliografia que versem a respeito da cidade, dado sua amplitude e importância histórica³⁷. Diversos historiadores, geógrafos, antropólogos, mais recentemente ecólogos e administradores discutem a respeito da cidade, mas como mencionado, o montante da produção me parece escasso em relação ao porte da cidade. No entanto, ao que tudo indica, boa parte da história e informações sobre a cidade está concentrada na produção de jornalistas e jornais tradicionais. A uma primeira impressão³⁸ parece haver uma hegemonia nas mãos da imprensa sorocabana a respeito da produção, e principalmente da publicação de conteúdo, que, praticamente, não encontra concorrência. Ainda, os autores provenientes das universidades, assim como eu, quase que fatalmente tem de recorrer ao conteúdo produzido pelos jornais da cidade, devido à escassez de fontes, o que dificulta a apreensão da história da cidade sob outra perspectiva teórico-política que não a dos veículos de comunicação local. As fontes disponíveis, em raras vezes dispõem de discussões atualizadas, em geral figuras icônicas se cristalizaram como pesquisadores(as) da cidade e permanecem como as principais referências. É importante salientar que essas referências tiveram um importante papel na sistematização e pesquisa da história da cidade, mas ainda nos resta fazer a crítica a essa história e elaborar conteúdos que sigam a diante dos marcos históricos investigados por esses clássicos locais.

³⁷ Segundo dados do IBGE/2010 Sorocaba conta com mais 580 mil habitantes – um município classificado como de “Grande Porte”, aos olhos da política de assistência, além de integrar o principal eixo econômico/industrial do estado de São Paulo (eixo Sorocaba-Campinas-São Paulo).

³⁸ Enfatizo a questão como uma impressão, pois não possuo dados para apresentá-la como uma hipótese, tão pouco como uma tese, desta forma registro apenas uma impressão.

3.2 Uma histórica crítica de Sorocaba

A literatura hegemônica, já citada, costuma subdividir a história da cidade em ciclos³⁹, para fins didáticos, no entanto prefiro denominar estes períodos de etapas do desenvolvimento histórico-econômico da cidade, segundo as diferentes etapas do modo de produção do município e região⁴⁰.

Gostaria de propor, mesmo que com pouca segurança e maturidade teórica, quatro etapas do desenvolvimento histórico da cidade, para os mesmo fins didáticos:

a) *acumulação simples* vinculada aos movimentos do bandeirantismo e tropeiríssimo que criarão condições econômicas e políticas para o desenvolvimento posterior da indústria e ferrovia na cidade; b) a etapa de *capitalismo embrionário* onde as primeiras indústrias de capitalistas regionais (originários do tropeiríssimo) se instalam na cidade junto à ferrovia e a produção de algodão; c) o *capitalismo industrial*, a industrialização sorocabana, com a entrada de investimentos estrangeiros e o princípio da formação dos monopólios no mercado junto aos primeiros movimentos do sistema de educação pública e serviços públicos; d) e *capitalismo avançado*, onde a atividade industrial das empresas multinacionais será

³⁹ Proponho a substituição do termo “ciclos” por etapas de desenvolvimento histórico-econômico, por compreender: em primeiro lugar que o termo estabelecido denota princípio e fim, em que se verificam processos de ascensão e declínio longos condicionados por múltiplos fatores que se estendem para além do princípio e fim dos “ciclos”; segundo por crer que incluir o termo “histórico” e “econômico” remonta a ênfase na centralidade histórica-econômica dos processos, primeira matriz de qualquer análise; em terceiro lugar por observar que além de ciclos econômicos essas etapas apontam diferentes formas de organizar a produção e reprodução humana, o que em última instância determina os fatores políticos, sociais e culturais entre outros. Desta forma trabalhar com “desenvolvimento das forças produtivas” abarca fatores segundo uma perspectiva de totalidade, buscando nos blindar de análises estritamente econômicas ou assépticas.

⁴⁰ Gostaria de esclarecer da total ciência, de que não há possibilidade de estabelecer etapas de modo de produção, de forma isolada em um município, pois elas dialogam com as formatações globais do modo de produção capitalista, bem como suas formatações nacionais. A proposta aqui é de trazer uma analogia, às configurações gerais do modo de produção e chamar a atenção para a emergência de se discutir a história da cidade sob uma perspectiva que leve em consideração o aspecto crítico da história da cidade, lembrando que se configura no mundo capitalista e contempla suas contradições e luta de classes.

superada pelo setor de comércio e serviços, reflexo importante da última fase do tardo-capitalismo onde a superacumulação implica em investimentos nesses setores junto ao desmonte das estruturas do Estado.

Antes de qualquer descrição, gostaria de salientar que a demarcação de etapas implica necessariamente em generalizações que fatalmente ignorarão particularidades importantíssimas. A proposta desta demarcação visa tão somente captar os caracteres essenciais de cada período proposto buscando compreender melhor os movimentos e processos que a cidade vive(eu) sob uma perspectiva mais ampla. Tão pouco os marcos (de princípio e fim) são rigorosos, tão menos evolutivos. Os diferentes períodos históricos da cidade se embrincam de maneira que, características da primeira etapa descrita persistirão e constituirão o que há de mais imediato no presente. Da mesma forma, os períodos não marcam processos evolutivos, e sim fluidos e impares, mas necessariamente de alguma forma condicionados e construídos pelos anteriores. Enfim, serão esses os riscos que correrei ao recorrer a uma análise geral e uma nova proposta de exposição histórica.

3.2.1 Período da acumulação simples

Sorocaba, muito antes de sua tomada de posse pelo bandeirante Baltazar Fernandes, foi uma importante rota de povos indígenas e, posteriormente, caminho de bandeiras para o Mato Grosso e as Minas Gerais a procura de ouro, prata e a escravidão de índios. Todavia, o interesse pela região de Sorocaba data de antes de sua fundação, por volta de 1589 Afonso Sardinha e seu pai, mineradores, encontraram minério de ferro no Morro do Araçoiaba – atualmente cidade vizinha - uma das primeiras jazidas de ferro encontradas no país. A importância estratégica

do ferro naquele momento era grande. Instrumentos, ferramentas e armas entre outros itens do metal, tinham de ser importadas de Portugal o que aumentava muito os preços. (FUA, 2004).

Devido ao achado e a expectativa de encontrar ouro na região, o então governador-geral do Brasil Dom Francisco de Souza volta sua atenção ao território. Sabendo da notícia dos Sardinhas, se encaminha com uma enorme comitiva para Araçoiaba. Entusiasmado funda ali a vila de Nossa Senhora do Monte Serrante. O povoado rústico de mineradores não se sustenta por muito tempo. A tecnologia de fundição do ferro era precária, não possibilitava o aquecimento ao ponto de levar o metal ao estado líquido para a produção de lingotes. A vila inicia seu processo de decadência que se conclui em 1611 e o ferro daquela região só será plenamente explorado muitos anos mais tarde com a criação da Real Fabrica de Ferro. (FUA, 2004).

Por volta de 1646 o Bandeirante Baltazar Fernandes, que vivia na sesmaria do seu avô de Santana de Parnaíba, vem com sua família tomar posse da sesmaria às margens do Rio Sorocaba. Nenhum documento histórico precisa a data de chegada do bandeirante nem a extensão do território, mas que pelos indícios era gigantesco e contemplava a região de Araçoiaba. (FUA, 2004).

Apesar de incerta, fica instituída a data de fundação do povoado em 1654. Uma das primeiras ações do Bandeirante foi a construção de da capela da Nossa Senhora da Ponte, que em 1660 foi doada, junto a outras terras, aos monges beneditinos em troca de “assistência espiritual e ensino aos moradores”. (FUA, 2004) Se estabelece o ensino primário, latim e canto além do compromisso da construção, ali, de um mosteiro, o então Mosteiro de São Bento.

Notamos aqui uma das primeiras proformas de assistência na cidade, considerada na época a “assistência espiritual” uma necessidade elementar e o estabelecimento do ensino fundamental ainda que confessional e restrito.

Em 1661 Baltazar Fernandes procura o governador das Capitanias do Sul, Salvador Correia de Sá e Benevides, buscando obter a elevação do povoado à vila. No mesmo ano o pedido é atendido e é nomeada a primeira Câmara Municipal composta por dois juízes (Baltazar e seu genro), dois vereadores, um procurador e um escrivão, este último, sendo cargo não eletivo se constitui como o primeiro funcionário municipal. (FUA, 2004). Marcando o início do poder público municipal ainda que oligárquico e de apenas um funcionário.

Nas primeiras décadas, desde a fundação do povoamento, a atividade que provia a manutenção do espaço era o bandeirantismo. As missões ao Mato Grosso e ao sul do país, a busca de ouro e pedras preciosas, mas principalmente a escravização e, as muitas vezes, o extermínio de índios. Nem todos os habitantes da vila eram bandeirantes, mas todos subsistiam dos recursos dessa atividade. A atividade básica de reprodução material era a agricultura de subsistência e a força-de-trabalho empregada nesta atividade era indígena, de forma que os braços que alimentaram o povo da cidade e o nascente comércio local foram dos índios e sem eles e seus filhos, sem a atividade bandeirante que os escravizava, certamente não haveria como a vila subsistir. Além do trabalho escravo nos campos, o próprio comércio de índios ganha importância, não apenas como valor de uso, mas como valor de troca, parte da vila se dedica então à captura, compra e venda de escravos fazendo deste mercado uma peça chave na estruturação da vila naquele momento (FUA, 2004). É notável o fato de não ter encontrado menções a uma “dívida

histórica” com os índios por parte do povo sorocabano hoje, devido a essa época. Enquanto a literatura acessada, cita “dívidas históricas” com importantes empresários da cidade que trouxeram realizações para ela.

Outra atividade importante, vinculada à ação dos bandeirantes, foram as monções. Expedições fluviais com objetivos similares aos das bandeiras. Partiam de Porto Feliz (cidade vizinha) e seguiam em direção de Cuiabá e muitos de seus integrantes eram sorocabanos ou faziam da vila seu entreposto. De Sorocaba partiram figuras conhecidas no Brasil por suas bandeiras, como Moreira Cabral, nascido na vila, descobre ouro na região de Cuiabá e funda a cidade com o mesmo nome. (FUA, 2004).

Uma das grandes carências da colonização portuguesa no Brasil foi a introdução de um eficiente meio de transporte para as atividades econômicas aqui implementadas. De forma diferente da colonização da América-espanhola, que se utilizava das mulas para o transporte de cargas, os portugueses contavam apenas com “carregadores humanos”.

A descoberta do ouro nas Minas Gerais em 1698 impulsiona a necessidade de meios eficientes de transportes de carga. (FAUSTO, 1999). Sabendo da produção de mulas no norte e nordeste da Argentina o português Cristóvão Pereira de Abreu em 1731, parte da Colônia do Sacramento (Uruguai) sentido São Paulo, passando por Sorocaba em 1733. Em 1738, repete a jornada com recursos da coroa e recursos privados com intuito de construir uma rota (estradas e pontes) ligando o Rio Grande do Sul à Sorocaba. Desta forma se inicia o tropeiríssimo no Brasil. (FUA, 2004).

Gradativamente essa atividade passa a substituir na vila de Sorocaba a ação dos bandeirantes e das monções. Devido a amplitude financeira do comércio de mulas, a coroa portuguesa passa a criar postos de taxaço sobre essa atividade, os Registros de Animais. O Registro de Animais de Sorocaba foi instalado em 1750 na ponte que cortava o rio de mesmo nome, sendo este posto o mais importante e lucrativo da capitania, chegando ao ponto que no ano fiscal 1841\42 a arrecadaço proveniente de Sorocaba somava 29,2% da receita provincial, arrecadaço maior que a cidade de São Paulo. (FUA, 2004).

Se estabelece na cidade, não apenas a atividade tributaria, mas aquilo que seria uma das atividades econômicas mais importantes de sua história: a feira de muares. A feira de muares de Sorocaba existiu entre os anos de 1733 a 1897. Aqui paravam as tropas vindas do sul para serem compradas e vendidas, se tornando também um ponto de parada de tropeiros e comerciantes. Amplia-se a rede de comércio: arreios, artesãos, comidas, mascates, joalheiros, espetáculos, jogos e prostituição.

Conseqüência da atividade econômica do tropeiríssimo - que durará mais de um século e meio - será a possibilidade de acumulaço de capital e a formaço de uma elite econômica sorocabana potente o suficiente para galgar espaços no campo da política e da nascente indústria. Além da acumulaço, o crescente fluxo de pessoas para a cidade, traz consigo trabalhadores especializados, o que abre possibilidades para a industrializaço. De certa forma, os descendentes daqueles que enriqueceram sob o comércio de tropas, agora com capital disponível, buscaram deliberadamente a ampliaço de seu império por meio da exploraço e o dos lucros nas novas indústrias da cidade.

3.2.2 Período do Capitalismo Embrionário

A inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana em 1870, e as estradas brasileiras em geral, serão um marco na desaceleração do tropeiríssimo visto que a importância das mulas se reduz com a introdução do transporte ferroviário (FASUTO, 1999). Todavia, é um equívoco acreditar que um substituirá o outro, pois para o descarregamento e o transporte de curtas distâncias a mula, será, ainda, item essencial. Tamanho era o poder econômico da elite sorocabana da época, que a iniciativa da Estrada de Ferro se deu de forma privada, o que confere, até o dias de hoje, certa “glória e dívida” dos sorocabanos com seus precursores.

Uma das primeiras iniciativas industriais da cidade foi a fábrica de tecidos de Manoel Lopes de Oliveira em 1852. Contudo, o algodão produzido na região era de baixa qualidade e em pouca quantidade. Apenas durante a Guerra da Secessão nos Estados Unidos (1861\1865) - onde as indústrias norte-americanas ficaram sem algodão para suas indústrias e passaram a busca-lo por todo planeta - que o tenente-coronel Francisco Gonçalves de Oliveira Machado, em posse de sementes de alta qualidade, inicia o plantio de algodão na região. Devido ao sucesso da plantação e dos lucros obtidos pelo tenente-coronel, a cidade passa a se engajar na produção de algodão herbáceo. Motivados pela demanda norte-americana, a atividade se desenvolve muito rapidamente. Todavia, com o fim da guerra presenciamos uma queda nos preços para exportação. Esse período coincide com a construção da Estrada de Ferro Sorocabana que dará um novo fôlego e escoamento para a produção de algodão, agora voltada ao mercado interno. É importante ressaltar que, ainda que esta atividade se apresente essencialmente como Modo de

Produção Capitalista no que desrespeito a produção industrial, boa parte da força-de-trabalho empregada nas plantações de algodão era, ainda, escrava e não assalariada. (FUA, 2004).

Outro ponto importante do desenvolvimento industrial da região foi a inauguração, muitos anos antes da ferrovia, da Real Fábrica de Ferro do São João do Ipanema. Criada por meio de uma Carta Régia, em 1810, se constituindo como uma companhia de capital misto: com investimentos privados e da coroa. A fábrica será, por muitos anos, a principal siderúrgica nacional fabricando espadas e armamentos, inclusive para a Guerra do Paraguai.

A gênese do processo de industrialização da cidade é caracterizada em seus primeiros momentos pela produção de algodão, posteriormente, de tecidos e itens provenientes da Fabrica de Ferro do Ipanema escoados pela nascente Estrada de Ferro Sorocabana. Neste momento em que o número de habitantes da cidade cresce muito rapidamente, inicialmente devido a atividade tropeira e posteriormente devido as indústrias de algodão e a ferrovia. Inicia-se assim o primeiro processo de urbanização.

A produção regional anterior a esse momento e nele, se dava em parte de modo artesanal, com pequenas oficinas onde havia já princípios de divisão do trabalho na produção de estribos, esporas, artigos de couro e redes entre outros itens.

Foi no final do séc. XIX e início do séc. XX que a indústria se solidifica em Sorocaba. Aos poucos, o plantio de algodão e a atividade rural se reduzem abrindo espaço para as novas industrias. Essas são primeiras formas de capitalismo visando

monopólios, junto a intensificação da urbanização e o conseqüente aumento do comércio.

3.2.3 O Capitalismo Industrial em Sorocaba

Os principais marcos da expansão industrial da época se assentam em atividades vinculadas à produção de tecidos.

Inaugurada, em 1882, da Fabrica de Fiação de Tecidos Nossa Senhora da Ponte, por iniciativa do português Manoel José da Fonseca. Um ano mais tarde Francisco Matarazzo - também português, fundador de uma das maiores dinastias de capitalistas do país e posteriormente criador do maior complexo industrial da américa latina⁴¹ - abre duas fabricas de banha de porco na cidade. Em 1890 mais duas fabricas de tecidos são construídas na região, no mesmo ano Francisco de Paula Mayrink – um grande capitalista carioca, filho de nobres portugueses, construiu seu império com uma carreira bancária, um dos maiores investidos das estradas de ferro do país, que será um dos responsáveis pelas primeiras edições do jornal O Globo e O País atuando ao longo de sua vida em diversos ramos produtos⁴² – inaugura a Fabrica de tecidos de Santa Rosália e a de Votorantim, sendo a ultima a maior fábrica da região, contanto ainda com a motriz da energia elétrica proveniente de seus investimentos. Em 1914 a fabrica contava com 1200 funcionários, armazém para abastecer os operários da região e uma sociedade

⁴¹ Dados da matéria da Revista Exame de 2004, pelo jornalista Nelson Blecher. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/829/noticias/o-maior-do-brasil-um-dos-maiores-do-mundo-m0051565>

⁴² Dados obtidos em SILVA. Izabel Pimentel. Francisco de Paula Mayrink. FGV. Ano desconhecido. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MAYRINK,%20Francisco%20de%20Paula.pdf>

beneficente dos empregados da fabrica de Votorantim. Cinco anos após a inauguração da Fábrica de Votorantim, em 1895 a empresa de italianos Marchisio, loueiro, Silveiro & Companhia inaugura Fabrica de Tecidos Santa Maria.

No mesmo período, outras atividades são exploradas na região como os Canteiros de extração corte e polimento de calcários, mármore e granitos. Ou como a construção da Olaria produção de tijolos, destinada a fornecer material para as instalações industriais. Com as indústrias, surgem as abundantes vilas operárias da região como a Vila Barra Funda construída em 1890 (atual bairro da Chave em Votorantim). (FUA, 2004).

Esta ultima empresa se dá por iniciativa do Banco da União de São Paulo, criado e presidido por Antônio de Lacerda Franco, filho do Barão de Araras, que também instala em Sorocaba a fábrica de óleo Santa Helena e duas outras fábricas de tingimento de tecido. Comprou empresas de tecidos em São Bernardo do Campo e em São Paulo. Em 1918, compra a fábrica de Votorantim. Anos mais tarde seu genro, José Ermírio de Moraes, comprou as ações da fabrica de Votorantim expandindo suas atividades chegando ao que é hoje o Grupo Votorantim. Posteriormente comandado pelo seu neto Antônio Ermírio de Moraes, tornando o Grupo, hoje, uma das maiores referencias em produção de metais e principalmente de alumínio do mundo (BONADIO, 2004).

É atribuída a Alberto Kenworthy a primeira forma de holding na cidade. Em 1904, o empresário funda a Companhia Nacional de Estamparia assumindo parte das ações da Fábrica de Tecidos de Santa Rosália e Santa Maria, otimizando sua produção e redistribuindo mercados. Indicando, já neste momento a formação de grupos monopolistas no setor. Posteriormente passa a contar com uma usina que

fornecia energia elétrica para ambas as indústrias, hoje a Usina Cultural de Sorocaba. Com o sucesso dos investimentos, em 1913, Kenworthy constrói também a Fabrica de Tecidos Santo Antônio, localizada hoje atrás do terminal santo Antônio, em 1913. No ano seguinte a fabrica já era gerida inteiramente por energia elétrica produzida por outra fábrica em Pilar do Sul da mesma companhia. O que era um feito de alta tecnologia para a época. (FUA, 2004).

Segundo Bonadio, 2004, um dos marcos da decadência industrial e comercial é o surto de febre amarela na região que inicia em 1897 e dura mais de cinco anos.

Como já sinalizado anteriormente a feira de muares tem seu inicio em 1733 e seu termino em 1897, o que coincide com o principio do surto da doença. Vale lembrar que, apesar da industrialização, da ferrovia, a importância econômica da feira era tamanha que persistia em referenciar a cidade. A atividade tropeira sendo paulatinamente substituída por outros meios de transporte, fragilizada, leva seu golpe de misericórdia com o surto de febre amarela e no final do séc. XIX. Com isso, um dos grandes atrativos da cidade se perde. A potencia da doença é tamanha que sairão da cidade habitantes, comerciantes e algumas indústrias. No fim daquele ano serão registrados 2.322 casos e 743 mortes num universo de 15 mil habitantes.

Devido à violência da epidemia, que se alastrava inclusive pelo mundo, o Estado se viu coagido a intervir em caráter emergencial - característica das ações protetivas da época. O Governo da província de São Paulo, sob o comando de Emilio Ribas, envia o médico Paula Souza junto a uma comissão para a Sorocaba. As primeiras medidas foram de isolamento dos doentes, mas após as descobertas cubanas e norte-americanas sobre a doença, pela primeira vez, se passa a

combater o vetor da doença: o mosquito *aedes aegypti* - aquele. Sorocaba se torna a primeira cidade do mundo a eliminar a febre. (FUA, 2004).

Devido à epidemia emanam na cidade demandas populares reivindicando pelo saneamento básico, que não havia em Sorocaba. Ao cabo da empreitada de Emilio Ribas e Paula Souza e das demandas dos sorocabanos a cidade passa a contar com água encanada e esgoto em sua área urbana.

Apenas alguns anos mais tarde Oswaldo Cruz é designado para implementar reformas sanitárias no Rio visando mitigar a doença, no mesmo período em que ocorre a Reforma do Rio de Janeiro, por Pereira Passos, um dos movimentos mais importantes de gentrificação da história da cidade (FAUSTO, 1999).

Após os princípios de acúmulo de capital, força-de-trabalho e visibilidade na região legado do tropeiríssimo, as primeiras indústrias se estabelecem em parte considerável pelos herdeiros desta atividade. Já no segundo quartel do séc. XIX vemos a entrada de grandes capitalistas interessados na região que irão dominar as indústrias na cidade e estabelecer aqui as bases da produção e relações dessa atividade. Até esse ponto Sorocaba detinha potência para ser uma das maiores referências econômicas do estado, até que uma enorme epidemia enfraquece essa potência para as décadas que viriam. Mas a derrocada dessa potência se dará, definitivamente, pela ampliação do plantio e comércio do café, atividade central do país na época.

Seria um tremendo engano afirmar que a epidemia de febre amarela liquidou o desenvolvimento econômico da cidade, antes disso, esse evento marcou um desaceleração do crescimento da atividade industrial da época que era robusto e

rápido, mas que de forma alguma fez com que as indústrias parassem de crescer aqui, o que de fato segue acontecendo.

3.2.4 O Capitalismo Avançado em Sorocaba

Mesmo com o revés da moléstia, na entrada do séc. XX Sorocaba era considerada a “Manchester⁴³ paulista”, do principio da industrialização em meados do séc. XIX para cá, a cidade já contava com indústrias altamente diversificadas de diferentes setores. Contudo, mantêm sua referência na tecelagem.

Ao longo de todo o penúltimo século, a cidade vivenciará grandes transformações em sua economia e principalmente em seu parque industrial. Os anos que seguem sob a primeira grande guerra aceleram as exportações, no período varguista é estimulada a modernização das indústrias locais, que, nesse ponto, parte das indústrias locais já haviam sido compradas e modernizadas por industriais estrangeiros. Até que o segundo pós-guerra, em ambiente keynesiano e sob uma guerra fria, inicia a coação de abertura dos mercados nacionais de todo o planeta que seguem progressivamente e impactam a cidade a partir de 1960 junto a decadência do setor têxtil, em plena “onda longa de expansão” do capital (MANDEL, 1985), a partir da mesma época a cidade assistirá à massiva invasão de multinacionais⁴⁴ nos mais diversificados segmentos de mercado:

⁴³ Segundo o “dicionárioportugues.org” Manchester faz referência a uma cidade inglesa de grande proeminência industrial, e por isso a comparação de Sorocaba com essa cidade na época devido a sua indústria abundante.

⁴⁴ A lista de multinacionais é imensa: Codap, Comap, Crocs, Cuno, Dana, De Nora, Draka, Dynapac, Edscha, Emerson, Enertec, Fhaberco, Fidelity, FI Smidht, , Flir, G. Motors, Gas Natural, Ge Betz, Gft, Grace, HB Fuller, Heller, Henkel, Hershey’S, Hgp, Holcim, Honeywell, Hp, Hummel, Iber Oleff, Ihara, Index, Jabil, Jacuzzi, Jcb, Kanjiko, Knurr, Kyocera, La Termoplastic, Lang

- a) tecnologia: Andrew do Brasil, o grupo alemão Obo Bettermann especialista em instalações elétricas de alta tecnologia; a produtora de eletrônicos de Singapura Flextronics; produtora de maquinário industrial finlandesa Metso.
- b) metalurgia e siderurgia: a brasileira Gerdau; a Companhia Brasileira de Alumínio legada das indústrias têxteis de Votorantim; a norte-americana ALCOA no setor de alumínio; a, também, norte-americana Cooper (marca do grupo monopolista EATON).
- c) química: Arch do Brasil entre outras;
- d) papel e plástico: a francesa Arjowiggins na produção de papel de segurança e dinheiro; a empresa norte-americana de embalagens de alta tecnologia Bemins; o grupo de holding alemão de embalagens plásticas Bericap.
- e) Agrotóxicos e produtos agrícolas: a empresa originalmente Belga Arysta LifeScience com a produção de agrotóxicos; o grupo sediado nos EUA Cargill atuando em commodities agrícolas e insumos vinculados a essa atividade.
- f) setor automotivo: a japonesa Toyota; a sul-coreana Kia Motors; o holding norte-americano da General Motors; outro holding de suprimentos automotivos a Dana.

- g) alimentos e bebidas: a britânica AB Brasil; coca-cola; a italiana Campari; Old Eight; Drury's; Gold Cup; Dreher; a rede francesa de hipermercados Carrefour (uma das primeiras na cidade).
- h) Segurança: empresa americana ABnote.⁴⁵

A cidade chega hoje a contar com mais de 1400 indústrias, dos mais diversificados ramos, tamanhos e nacionalidades.⁴⁶ Ilustramos apenas algumas, enfatizando as multinacionais, para termos uma dimensão das transformações daquilo que há poucos parágrafos era um povoado rústico que subsistia da violenta captura, compra e venda de índios. No entanto foram mais de 350 anos de acontecimentos.

No penúltimo século, além, e junto às indústrias, vivenciamos outras transformações: veremos a chegada da iluminação pública em 1900; o primeiro automóvel da cidade em 1904; a instalação dos primeiros bondes elétricos em 1915, os primeiros ônibus na utilização de transporte coletivo já em 1959; a expansão das vilas operárias e assistência privada (proveniente dos industriais) aos funcionários, como creches e atendimento médico, ainda sob uma perspectiva assistencialista; no governo JK a extensa construção de ferrovias e a exaltação do automóvel irá prevalecer sob os bondes elétricos e a Estrada de Ferro Sorocabana, que se limitará a um ínfimo transporte de carga em vista do seu papel anterior. (FUA, 2004).

O capital em sua forma monopolizante irá forçar a substituição do “velho” pelo “novo”.

⁴⁵ Os dados relativos a origem e o ramo de atividade das empresas descritas são provenientes da página oficial delas próprias.

⁴⁶

Alguns autores ao se referirem aos “períodos” ou “ciclos” da cidade irão pontuar um período com ênfase no setor de comércio e serviços, ou ainda de um período ou “ciclo” de terceirização, visando a referência ao setor terciário de atividade econômica utilizado pelo IBGE, por exemplo. É amplamente explorado por Netto, 2011, a saturação nas possibilidades de valorização do capital no período dos monopólios, e que uma das saídas encontradas pelo “capitalismo maduro” é a expansão de investimento no setor de serviços. Hora, se desde o segundo quartel do século XIX até os anos 1960 (mais ou menos) do século XX a produção industrial clássica, ainda que com dificuldades pontuais, via horizontes ilimitados de valorização, agora passa a encontrar limites a ela apontando seu capital para segmentos diversificados. Se constituem os holdings, os grandes carteis, ou até mesmo as grandes corporações internacionais. Muitas delas trazem seus braços para a cidade de Sorocaba (o leitor tira facilmente essa conclusão se buscar um pouco mais a fundo a composição das companhias citadas a cima). Esses mesmos “sujeitos”, vendo os limites de sua valorização na indústria passarão a atuar sistematicamente no setor de serviços e comércio. É o caso de conglomerados empresariais que atuam ao mesmo tempo em metalurgia, moda, segurança, setor automotivo e etc. Lembrando que, com já apontamos, esse movimento rumo ao setor de serviços é uma tendência global e não tão nova assim.

Desta forma não é atoa que Sorocaba, principalmente, a partir de 1980 vivencia um “ciclo de expansão do setor de serviços”, a observação sob esse fato não é endógena.

Não é apenas devido, unicamente, ao desenvolvimento histórico da região em si que 62,9% da População Economicamente Ativa da cidade, hoje, está

concentrada em atividades de comércio, serviços e construção, enquanto apenas 18,5% atuam na indústria e 14,4% em atividades rurais. Ainda, Sorocaba em seus dias atuais apresenta uma assustadora taxa de urbanização de 99%, e mais da metade do PIB da cidade permanece sob as atividades de comércio e serviços. Segundo os últimos censos a população da cidade vê grandes saltos em poucos anos: 1980 eram 269.288 hab., em 1991 houve um salto de 40,7% passando para 379.006 hab., para o próximo censo um crescimento de 30,2% em 2000 finalizando em 2010 com 586.625 hab. Com um crescimento de 18,9%. (CENSO, 1980, 1991, 2000 e 2010).

É interessante notar uma bibliografia ainda mais escassa⁴⁷ quando se trata dessa transformação de uma cidade que se funda e destaca pela sua história industrial à uma cidade de economia baseada na prestação de serviços e comércio. Geralmente esses dois últimos segmentos são tratados de forma conseqüente, não automática, mas secundária à industrialização. Não me cabe aqui explorar em detalhes esse processo de uma Sorocaba ainda pouco descrita. Mas como já apresentado, deixo a sinalização, que, sejam quais foram os detalhes da transformação da cidade em uma cidade de prestação de serviços, sem, contudo eliminar sua indústria, esse processo tem profundas ligações com o ordenamento do

⁴⁷ Abro um ponto aqui a respeito da história do ensino na cidade. Observamos um antigo movimento de valorização do ensino primário até certo momento. Posteriormente a cidade viverá por mais de um século movimentos de embate entre conservadores (hora maçons, industriais, políticos proeminentes, figuras importantes da cidade e grandes capitalistas) e progressistas (demandas populares, movimentos sociais, políticos engajados, setores da igreja e etc.) no que diz respeito a introdução do ensino “ginasial” e universitário. De forma que o primeiro vence a resistência tardiamente, mas acaba por se realizar, enquanto o universitário, virá ainda mais tarde, mas em caráter privado ou técnico e incipiente na pós-graduação. Chegamos a uma realização expressiva a menos de dez anos, com a instalação da Universidade Federal de São Carlos na cidade que tem se mostrado um centro promissor de discussão. De forma muito generalista o argumento dos setores conservadores, por mais de um século, foi de que uma cidade industrial não precisaria de qualificação universitária. E ao que tudo indica a resistência conservadora ao ensino na cidade persiste até hoje o que resulta em uma enorme cidade com uma produção teórica pobre ou escassa, quanto menos crítica a seu respeito.

Modo de Produção Capitalista em um momento particular de sua história. Sem que se descarte a importância dos diversos Planos Diretores da cidade e os projetos de descentralização populacional do Estado, ou seja, as especificidades regionais.

Na busca por um marco para a conversão de um período de enfoque das atividades da cidade para o “setor terciário”, busquei recorrer a alguns dados, que se mostraram escassos e meramente indicativos. Temos os dados apresentados por Cano, 1992, contidos nos censos do IBGE:

Tabela 1

Participações da PEA por Setor da Atividade no Estado de São Paulo e Regiões Administrativas, 1970 - 1980

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
ESTADO DE SÃO PAULO	20,4	11,5	31,4	39,1	48,1	49,5
INTERIOR	37,7	23,1	21,5	32,0	40,8	45,3
GRANDE SÃO PAULO	2,0	0,8	42,0	45,7	55,3	55,6
LITORAL	13,5	7,0	23,0	30,0	63,5	63,0
VALE DO PARAÍBA	22,8	10,1	30,5	41,7	46,7	48,2
SOROCABA	43,3	28,3	21,6	32,3	35,1	42,8
CAMPINAS	27,6	15,2	32,1	42,0	40,5	42,8
RIBEIRÃO PRETO	39,5	25,8	19,6	30,0	40,9	44,2
BAURU	40,0	29,0	17,4	25,9	42,6	45,0
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	55,3	38,1	9,7	19,3	35,0	42,6
ARAÇATUBA	45,4	31,9	18,5	24,7	36,1	43,4
PRESIDENTE PRUDENTE	56,6	39,8	9,9	17,4	33,6	42,8
MARÍLIA	51,4	36,5	12,9	19,9	35,7	43,6

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1970 e 1980, apud CANO, et al., 1992, p.207.

Os dados de CANO, 1992, se limitam a uma comparação entre os censos de 1970 e 1980, onde não observamos uma grande transformação nos setores, exceto no primário. Devido a isso busquei informações sob a década de 90, e assim observamos os dados coletados de RODRIGUES, 2013:

Tabela 2

Participações da PEA por Setor da Atividade em Regiões administrativas, 1980 - 1991

Regiões Administrativas	Primário		Secundário		Terceário	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
São Paulo	1%	1%	45%	36%	54%	62%
Sorocaba	30%	21%	31%	30%	40%	49%
Campinas	16%	10%	41%	37%	43%	52%
Ribeirão Preto	22%	14%	27%	27%	51%	59%
Bauru	29%	16%	25%	29%	46%	55%
S. J. Rio Preto	38%	23%	19%	22%	43%	55%
Araçatuba	32%	21%	24%	29%	44%	51%
Pres. Prudente	39%	24%	17%	20%	44%	56%
Marília	38%	23%	19%	22%	43%	55%

Fonte: Baseado em RODRIGUES, 2013. Selecionado e convertido em porcentagens. Dados dos CENSOS 1980 e 1991.

Apesar dos dados de Rodrigues e Cano terem mesma fonte primária (os CENSOS do IBGE) eles não são comparáveis, dado a metodologia de seleção. Se fosse a mesma, as porcentagens relativas ao censo de 1980 seriam idênticas. Devido a isso, podemos tomar essas informações apenas de maneira exploratória. Contudo, podemos afirmar que: dos anos de 1970 para os anos de 1990 está clara uma redução expressiva das atividades “primárias” na cidade, onde os dois últimos “setores” absorverão esse contingente de trabalhadores – secundário e terciário - um movimento característico do processo de urbanização. Contudo, a respeito de um marco da transformação da cidade assentada sobre as atividades de comércio e serviços, sugiro datar como ponto mais expressivo o ano de 1980 - se realmente for necessário um marco. Onde observamos uma drástica redução da produção rural, paralelo à derrocada das fabricas de tecidos, a entrada de multinacionais e holdings industriais e o crescimento do setor de serviços e comércio. Todavia, até aqui temos um marco de principio, mas com base nas tabelas a cima, creio que possamos

afirmar com tranquilidade que até 1991 a cidade já se consolida nesta nova fase, destacando o “setor terciário”.

Não é em vã a indicação de influências de ordenamentos gerais do capital na contribuição de processo de reestruturação econômica da cidade. Pois, não somente Sorocaba, como todas as outras cidades do estado que apresentamos dados, terão, na entrada dos anos 1991, a prevalência do “setor terciário”.

É importante lembrar que os dados são referentes à Região Administrativa de Sorocaba e não à cidade em si. Por isso, não refletem uma realidade pontual da cidade e sim regional. Desta forma, nos apresentando tão somente dados exploratórios que nos dão mais indícios que certezas.

As características deste último período da história da cidade não se limitam a: a) redução da produção rural; b) derrocada das fábricas de tecidos; c) a entrada de multinacionais e holdings industriais e; d) o crescimento do setor de serviços e comércio. Caracteriza esse período também uma e) reestruturação conservadora das políticas públicas municipais, os nas palavras de Behring, 2008, reflexos da “a contra-reforma do Estado” na cidade.

3.3 A reestruturação conservadora das políticas públicas de Sorocaba e a assistência social

A partir desse momento, a proposta é demonstrar as questões referentes ao ponto “E” do parágrafo anterior. Ou seja, as expressões da “contra-reforma do Estado” no município de Sorocaba e aliar os impactos dessas na política de assistência num cenário recente. No entanto, um grande obstáculo se apresenta

nesse momento – talvez o maior que enfrentei neste estudo. Uma imensa dificuldade de fontes críticas que retratem esse processo dos anos de 1980 para cá. Quanto menos estudos a respeito das políticas sociais da seguridade.

A grande maioria dos trabalhos tratam de aspectos do planejamento urbano local, e geralmente numa perspectiva ufanista, o que nubla e vela uma análise concreta da situação das políticas da cidade. Ao que tudo indica esse processo se deu ao longo de anos com a massificação de uma propaganda ideológica na cidade onde são vistas apenas as políticas relativas à urbanização, embelezamento e transporte na cidade aliada a investimentos expressivos nesses setores. Por conseqüência, a ênfase em pesquisas se dá sob essas políticas.

Desta forma, me vejo obrigado a analisar um pouco deste aspecto e propor indicações de causas dessa visão acrítica e ufanista com enfoque em políticas públicas voltadas àquilo que se vê (urbanização, embelezamento e etc), em detrimento das análises das políticas essenciais ao atendimento da população como saúde, previdência e assistência social, o que adiante, inevitavelmente se relacionará ao objeto deste trabalho.

Um dos primeiros pontos relevantes para compreender este aspecto dos trabalhos encontrados, é a formação histórica da cidade sob o comando de uma oligarquia que detém o poder econômico na cidade. Primeiro o legado bandeirante, proveniente de rebarbas na nobreza portuguesa, lembrando os primeiros juízes da recém estabelecida Câmara Municipal da vila de Sorocaba: Baltazar Fernandes e seu genro. Posteriormente a elite que se concretiza a partir do acúmulo da feira de muarens dando origem aos principais representantes políticos da cidade, e os “mesmos”, em momento posterior, agora engajados na indústria. Após esses os

grandes capitalistas internacionais estabelecendo suas indústrias aqui. E por fim, uma oligarquia político-empresarial legada da ditadura que se fixa no comando da cidade. Como veremos a diante.

Ao longo de toda essa história uma das questões importantes que se ressaltam (comentada última nota de rodapé de número 46) é o movimento de contenção do ensino na cidade. Ao longo de toda sua história, Sorocaba foi barrada no que diz respeito ao ensino, reflexo disso é a implementação tardia⁴⁸ – mas extremamente importante – do polo da Universidade Federal de São Carlos que é muito recente, e se deu apenas graças a embates muito insistentes de figuras progressistas atuantes na cidade. Um processo de luta longo.

Desta forma, aponto um primeiro aspecto para a dificuldade de encontrar trabalhos críticos a respeito da história recente da cidade: o retardamento deliberado do ingresso do pensamento, produção e pesquisa na cidade por parte de uma elite conservadora de raízes históricas.

O segundo ponto que trata da ênfase nas políticas públicas “visíveis”, se imbrica com a história recente do município – que de antemão me desculpo pela pobreza dos relatos devido à mesma escassez de informação. Seria possível recorrer a um extenso acervo do jornal local mais proeminente, no entanto, extrapolaria os objetivos desse trabalho como trabalho de conclusão de curso.

Nos últimos dezenove anos a cidade vive uma verdadeira dinastia PSDBista entre reeleições, indicações. Como se não bastasse a pouca variabilidade no

⁴⁸ Vemos exemplos de datações de implementação de universidades em outras cidades no estado como: a Universidade Federal de Campinas em 1966; a Universidade Estadual Paulista de 1976, em Sorocaba apenas em 2002 e com caráter tecnológico; a Universidade de São Paulo de 1934, onde o campus de Piracicaba\SP é criado já em 1985 a exemplo.

comando da cidade, muitos dos atores centrais ou periféricos desses governos são filhos de políticos do antigo ARENA, de partidos descentes dele ou ligados direta ou indiretamente a ele.

Figura 1 - Recorte do Jornal Cruzeiro do Sul: 16/06/1996

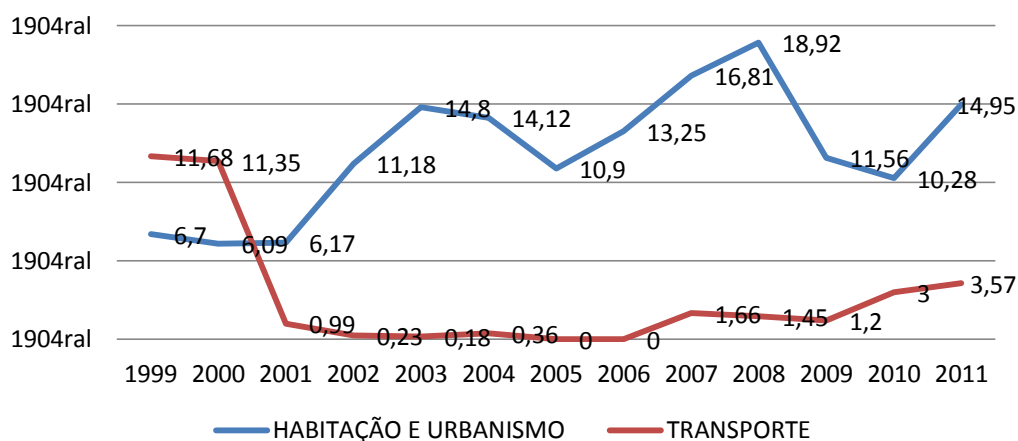


O primeiro representante desta linhagem será Renato Fauvel Amary (a direita na Figura 1), apoiado por Antônio Carlos Pannunzio (no centro da Figura 1), filho do ARENista Armando Pannunzio que governou a cidade por dois mandatos no período ditatorial. Renato Amary inicia suas atividades como empresário no setor imobiliário na cidade em 1981⁴⁹, expandindo sua atividade ao longo de décadas por toda a cidade e cidades da região. Seus dois mandatos (1997 a 2000 e 2001 a 2004) serão um marco na mudança da ação do poder público sorocabano, se iniciarão os grandes projetos de urbanização e embelezamento da cidade e, poucos anos antes, a criação de um sistema de transporte coletivo gerido pela iniciativa privada:

49

Dados do site da empresa do ex-prefeito: http://www.renatoamary.com.br/trinta_anos

Gráfico 3 - Investimento municipal em transporte e em habitação e urbanismo em relação à receita em porcentagem - 1999 a 2011



Fonte: Deepask retirados de IPEADATA.

Observemos que os primeiros picos de investimento em habitação e urbanismo se dão em seu governo, e seguirão nos governos posteriores, ainda que os investimentos em transportes tenham ampla expressividade até 2000 e caiam drasticamente no ano seguinte. Ocorre que um dos marcos do sistema de transportes da cidade se dá a partir de 1989 – data anterior aos dados disponíveis - com o engenheiro Caldini Crespo (DEM), filho do ex-prefeito de Sorocaba o ARENista José Crespo Gonzales, a frente da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Social de Sorocaba, URBES, que regulamenta, implementa e planeja o transporte na cidade. Na época, a implementação do sistema de terminais urbanos foi uma verdadeira revolução nos transportes, tão expressiva que provavelmente marcaram o orçamento (até os anos de 2000), e a memória da cidade (até os dias de hoje).

Voltando a questão da “urbanização Amary” e sua empresa. A última atuou na construção de loteamentos em áreas baratas da cidade, pouco habitadas ou mais pobres. A ênfase de seus investimentos foi principalmente na Zona Norte da cidade, espaço, que, ao longo de seu mandato como prefeito e seu sucessor foram,

progressivamente alvo de investimentos públicos em infra-estrutura, avenidas, paisagismo, revitalização de praças, ciclovias e etc. O sucesso de sua empresa era inevitável e hoje se concretiza solidamente no mercado imobiliário devido aos investimentos municipais na proximidades de seus investimentos e pela cidade como um todo.

Essa linha de atuação do executivo, com enfoque no urbanismo, seguirá firmemente até 2013, e se expandirá por toda a cidade, fazendo de Sorocaba, literalmente uma “Cidade Jardim”, onde os materiais dessa urbanização serão “rigorosamente” licitados junto à mesma oligarquia que domina a cidade. Atuando para ela mesma, comprando dela mesma, e lucrando com a urbanização. Tamanho é o sucesso da “Cidade Jardim” que este garantirá as próximas reeleições e a manutenção do projeto.

E de fato foram garantidas. Vitor Lippi, médico e ex-secretário de saúde de Amary, que segue projeto semelhante de Amary, no entanto, com mais carisma e discrição, atuando em dois mandatos entre 2005 e 2012. Vitor Lippi, filho de Eno Lippi, candidato à prefeito na cidade vizinha de Mairinque pelo ARENA e médico responsável pela investigação dos acidentes de trabalho na Companhia Brasileira de Alumínio, na época. Que, segundo relatos de antigos operários da fábrica, se responsabilizava por encobrir acidentes de trabalho e condições insalubres.

O sucessor de Lippi (filho): Antônio Carlos Pannunzio, que ingressa como prefeito em 2013. Àquele que apoiou Amary em 1997, tivera um pai ARENista e fora prefeito entre 1989 e 1992, agora em seu segundo mandato, como atual prefeito, abordará uma linha administrativa um pouco distinta e está sendo o prefeito que tem que lidar com “a crise”, tão anunciada em 2015. É alvo de críticas da população pela

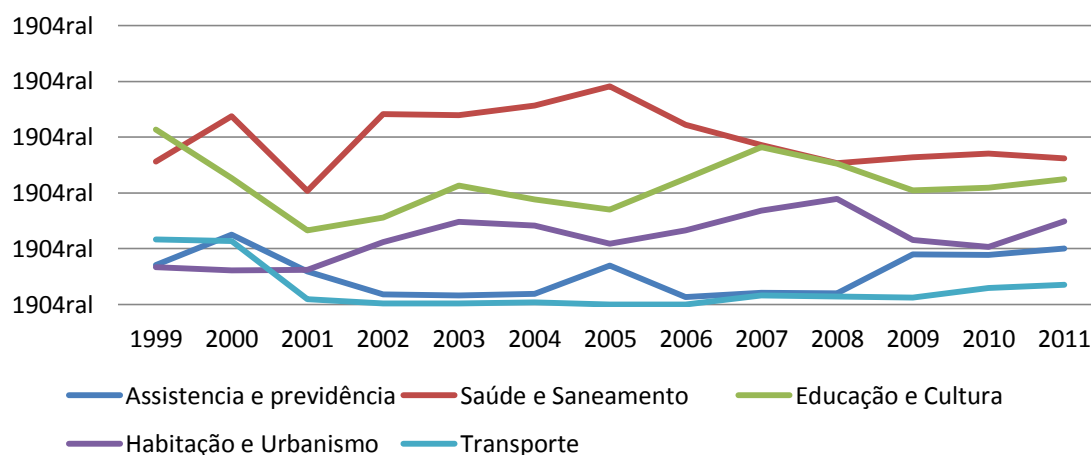
sua inabilidade política e administrativa e gestor de enormes crises que tem se iniciado na saúde na cidade. As quais não dispomos dados por serem recentes apenas as matérias de jornais.

Desta forma concluo os dois possíveis apontamentos referentes às causas da: a) escassez de informações críticas - devido a contenção deliberada do ensino na cidade ao longo de sua história; b) e da ênfase de trabalhos sobre políticas públicas de urbanização, transporte e paisagismo em detrimento dos estudos sobre políticas de seguridade, devido a oligarquia político-econômica legada da ditadura na cidade, esta que ainda teve amplo suporte da imprensa local (questão que não pretendo abordar aqui, apenas apontar, devido ao peso dessas últimas instituições).

É inegável a transformação vivenciada pela urbanização cidade, meus próprios olhos a viram, a Sorocaba de minha infância visivelmente diferente da Sorocaba atual. Mas com que objetivo chegamos a essa cidade? Foi visando o interesse público? E como ficam as outras estruturas da seguridade se os gastos com urbanismo foram tão expressivos?

Vamos procurar responder a este último questionamento observando alguns dados gerais orçamentários do município nos últimos anos:

Gráfico 4 - Investimento municipal por funções em relação à receita e em porcentagem - 1999 a 2011.



Fonte: Deepask retirados de IPEADATA.

Podemos afirmar que no final do primeiro mandato de Amary (2001) houveram cortes expressivos em quase todas as áreas apontadas exceto pela sutil crescente de “Habitação e urbanismo”. Ao longo de seu segundo mandato (até 2004), observamos uma retomada na saúde e na educação, porém, sobre o último item ainda que crescentes se manteve a baixo do que fora em 1999. Os investimentos em “Assistência e Previdência” bem como em “Transportes” não recuperam o fôlego da queda de 2001, enquanto as ações de “habitação e urbanismo” seguem crescendo proporcionalmente.

Podemos dizer sobre os últimos anos da administração Amary que houve expressivos cortes na seguridade, mas com um crescimento da saúde a partir de 2002, sucateando a “assistência e previdência”, a educação e os transportes em seu governo em detrimento de aumentos expressivos em habitação e urbanismo. Desta forma verificamos sinais de uma reestruturação conservadora a partir de seu governo.

Já o Governo Lippi (2005 a 2012) estabelecerá o paradigma neoliberal na administração pública em definitivo. Nos sete anos registrados em dados, reduzirá gradativamente os gastos em educação e saúde e introduzirá os gastos com assistência e previdência na cidade (a partir de 2009), o que veremos mais tarde que será a tradução não de uma estruturação da assistência como um todo, mas sim a manutenção básica da estrutura assistencialista no município, ou nem isso. Ainda: visto que o projeto de embelezamento da cidade é politicamente promissor os investimentos em “habitação e urbanismo” seguem a patamares mais altos do que foram antes de 1999, mesmo com os decréscimos na saúde e na educação, esses se mantêm em posição privilegiada.

Amary em seus mandatos parece buscar uma nova forma de administrar a cidade, e já sabia que o caminho estava em algum lugar próximo à austeridade fiscal:

“Segundo colocado no turno inicial, o candidato tucano [Renato Amary] vence o segundo e inicia o governo com uma proposta de austeridade, que envolve, inclusive, a demissão de mais de 900 funcionários da administração direta” (FUA, 2005 p. 295).

Descobre também, e em benefício particular - econômico e político - as “maravilhas” da urbanização. Desta forma o prefeito dará o primeiro passo na descoberta de uma reestruturação conservadora das políticas públicas municipais em caminho da administração pública neoliberal. Mas será apenas seu sucessor que no final de seu último mandato que chegará a grande fórmula da administração pública contemporânea⁵⁰.

⁵⁰ Pela primeira vez em minha formação como assistente social, me chama a atenção a questão dos gastos públicos com obras e urbanização. Na maioria das vezes nos restringimos

Como nosso objeto central é a assistência social, vamos tentar entender um pouco melhor aquela função descrita no último gráfico “assistência e previdência”.

Os dados pesquisados apontam que até o ano de 2005 essa função se apresentava unindo assistência e previdência, no entanto a partir deste ano a prestação dos entes federativos começa a apresentá-las de maneira separada. Portanto para uma análise histórica conseguimos observar apenas essas funções unidas em “Assistência e Previdência”. Mas daqui por diante vamos serrá-las para observar melhor a assistência:

Tabela 3 - Despesas por função Assistência Social e

Ano	Despesas Totais	Assistência Social	Previdência Social
2009	R\$ 993.368.350,87	R\$ 19.223.376,41	R\$ 79.012.951,99
2010	R\$ 1.144.221.955,96	R\$ 25.289.213,47	R\$ 88.065.549,69
2011	R\$ 1.360.239.385,05	R\$ 29.941.868,97	R\$ 114.687.509,06
2012	R\$ 1.561.212.024,54	R\$ 32.562.525,67	R\$ 141.295.802,57
2013	R\$ 1.531.190.819,89	R\$ 29.479.590,94	R\$ 171.686.540,91
2014	R\$ 1.909.022.150,77	R\$ 39.066.948,28	R\$ 150.778.601,33

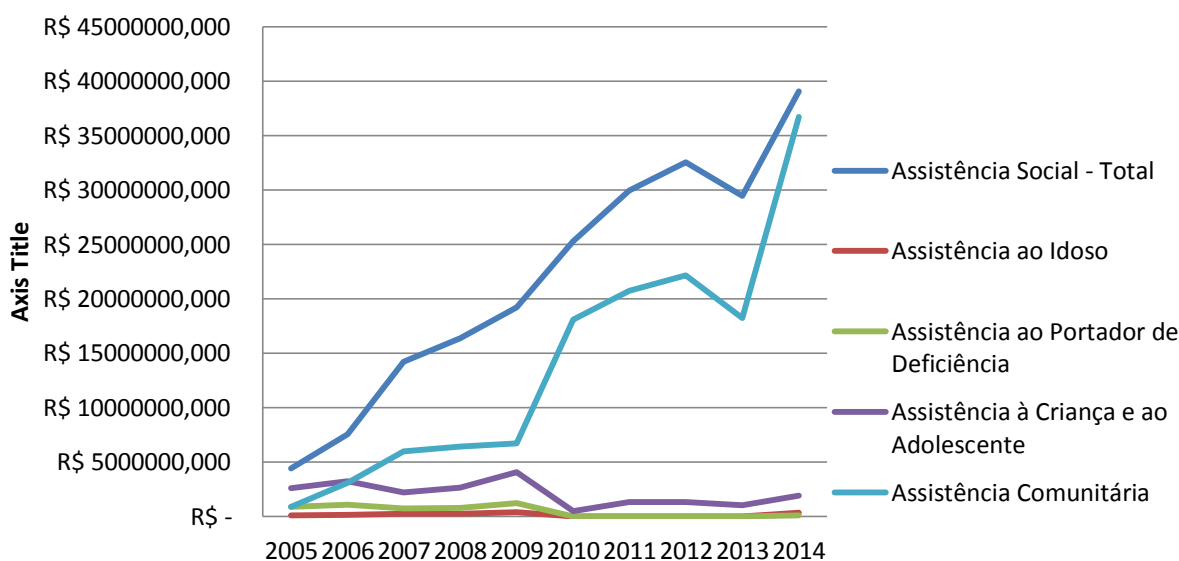
Fonte: TCE-SP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Apresento esta tabela apenas para termos uma dimensão da proporção da representação da assistência e da previdência na função “assistência e previdência” quando unidas. Pois a maior parte da antiga função representa investimentos em previdência ao invés da assistência que são muito menores.

[assistentes sociais] a observar o sucateamento do Estado diante dos nossos campos de atuação mais diretos: àqueles vinculados a seguridade, sendo que, ao que tudo indica um dos grandes marcos da administração pública atual é o investimento em ações de visibilidade que aliados à centralidade das políticas minimalistas de assistência tem um caráter fundamental na reeleição desses sujeitos e a manutenção do *status quo*. A título de curiosidade observei a mesma progressão das funções “habitação e urbanismo” e também “comunicação” em outros municípios. E nos últimos anos parecem ser uma das poucas funções orçamentárias que vêm crescimento, além das dívidas. Observo este fato, visando apontar, um possível ponto de importância de mais investigações dentro do serviço social.

As funções orçamentárias são “áreas” de investimento da administração pública definidas por lei⁵¹. Assim como se estabelecem funções como: saúde, educação, assistência, transportes e etc. A lei estabelece também subfunções, ou seja, uma subdivisão, mais aproximada das funções. Com isso iremos observar o desenvolvimento das subfunções orçamentárias da assistência em Sorocaba, entre 2005 e 2014, que são: Assistência ao Portador de Deficiência, Assistência à Criança e ao Adolescente e Assistência Comunitária.

Gráfico 5 - Despesas por subfunção da Assistência Social no município de Sorocaba (em R\$) - 2005 a 2014



Fonte: TCE-SP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Ao observarmos as subfunções das despesas da assistência social no município duas coisas chamam a atenção: a) primeiro o aumento crescente das verbas destinadas a este fim; b) segundo o grande aumento crescente da subfunção “assistência comunitária”, que chega quase à totalidade das despesas com assistência em 2014. O primeiro ponto já foi discutido quando tratado da fórmula de

⁵¹ PORTARIA Nº 42, DE 14 DE ABRIL DE 1999, DO MOG – DOU de 15.4.99

governo descoberta por Vitor Lippi. Sobre o segundo ponto, procurei compreender quais ações se enquadram nessa subfunção e qual é a proporção de despesas empenhadas nessas ações. Para isso, recorri a Lei Orçamentária Anual, aprovada para o ano de 2013, fornecida pela prefeitura de Sorocaba, e selecionei os dados da subfunção em questão.

Tabela 4 - Despesas liberadas na subfunção Assistência Comunitária por ações município de Sorocaba (em R\$ e %) segundo a LOA 2013

Descrição de Ações	Despesas Liberadas	%
PROGRAMA MUNICIPAL DE COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVI	R\$ 8.579.235,00	52,79%
LEI 1005 - PROLE GEMELAR	R\$ 1.260.000,00	7,75%
CRAS-CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 980.000,00	6,03%
MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	R\$ 700.000,00	4,31%
PLANTAO SOCIAL	R\$ 700.000,00	4,31%
BAIRRO MAIS FELIZ	R\$ 490.000,00	3,02%
CLUBE DA TERCEIRA IDADE	R\$ 420.000,00	2,58%
CURSOS E CAPACITACAO DE JOVENS	R\$ 420.000,00	2,58%
FDO.MUNICIPAL DA CRIANCA E ADOLESCENTE - FMDCA	R\$ 413.700,00	2,55%
BOLSA FAMILIA	R\$ 280.000,00	1,72%
IMPLANTACAO DE CENTROS DE REFERENCIA	R\$ 280.000,00	1,72%
MANUTENCAO DO CONSELHO TUTELAR	R\$ 252.000,00	1,55%
LIDER DA TERCEIRA IDADE	R\$ 245.000,00	1,51%
NUCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO DE SOROCABA - NAIS	R\$ 223.286,00	1,37%
ATENDIMENTO DE EMERGENCIA	R\$ 140.000,00	0,86%
TERRITORIO JOVEM	R\$ 140.000,00	0,86%
AMIGO DA FAMILIA	R\$ 126.000,00	0,78%
MANUTENCAO E APOIO AOS CONSELHOS MUNICIPAIS	R\$ 105.000,00	0,65%
PROJOVEM ADOLESCENTE	R\$ 105.000,00	0,65%
CAMARA DE MEDIACAO	R\$ 84.000,00	0,52%
COORDENADORIA DA MULHER	R\$ 84.000,00	0,52%
CEREM-CENTRO DE REFERENCIA DA MULHER	R\$ 70.000,00	0,43%
BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA - BPC	R\$ 42.000,00	0,26%
CONSELHO JOVEM	R\$ 35.000,00	0,22%
FEIRAS, CONGRESSOS E CONFERENCIAS DA JUVENTUDE	R\$ 35.000,00	0,22%
MANUTENCAO DO CAS-CONSELHO DA ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 28.000,00	0,17%
PETI - PROG.ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL	R\$ 14.000,00	0,09%
Total	R\$ 16.251.221,00	100%

Fonte: Lei Orçamentária Anual de Sorocaba.

Antes que pudesse compreender quais seriam as ações, programas e projetos alocados nessa subfunção, salta aos olhos as duas maiores ações (em

termos de despesa liberada) que totalizam juntas mais de 60% das despesas da assistência comunitária: o Programa Municipal de Associativismo e Cooperativismo e a Lei 1005 – Prole Gemelar.

Em 18 de junho de 2012 foi estabelecido por decreto⁵² do prefeito Vitor Lippi a alocação de verba de dez secretarias⁵³ destinando cinco milhões de reais à: “Secretaria de Parcerias - equipamentos e material permanente - cooperativismo e associativismo - Programa Municipal de Cooperativismo e Associativismo” (Decreto 20.019\2012).

Segundo o jornal O Diário de Sorocaba em matéria do dia sete de julho de 2012⁵⁴:

“Três projetos vindos do poder Executivo foram aprovados nas sessões extraordinárias de ontem. Em definitivo, passou a proposta de financiamento no valor de R\$ 5 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para ampliação do Programa Municipal de Cooperativismo e Associativismo, responsável pela coleta seletiva no Município; além da verba proveniente da área de inclusão social do banco, o projeto prevê contrapartida de outros R\$ 5 milhões do Município.” (DIÁRIO DE SOROCABA, 2012).

Ou seja, o decreto encaminha cinco milhões de reais de varias secretarias para as atividades de coleta de lixo da cidade, sem discussão legislativa alguma. Ainda: esta verba será vinculada as ações de Assistência Social dentro do orçamento municipal com mais de 8,5 milhões de reais em 2013. Não só estará associada, como corresponderá a mais de 50% da subfunção assistência comunitária, que representa quase a totalidade do orçamento em assistência da cidade hoje. Fato que me parece muito estranho, um serviço se coleta de lixo estar

⁵² DECRETO Nº 20.019, DE 18 DE JUNHO DE 2 012.

⁵³ Secretarias: do meio ambiente, esporte, saúde, cultura, relações de trabalho, gestão de pessoas, transporte, obras, administração e negócios jurídicos.

⁵⁴ Disponível em: <http://www.diariodesorocaba.com.br/noticia/222121>

alocado orçamentariamente na função “assistência social”, além dessa alocação e representatividade no orçamento da função, nublar nossas análises gerais sobre a assistência. Se não compreendi mal, dezessete dias após o decreto, é aprovado um empréstimo de outros cinco milhões para a mesma finalidade. Deixo o aprofundamento desta questão com o leitor, para nossa análise o que temos basta.

O outro ponto que chama a atenção é relativo à “Lei 1005 – Prole Gemelar”, também inclusa na subfunção, representando 1,2 milhões do orçamento. Esta lei, também foi estabelecida por decreto⁵⁵, só que desta vez pelo atual prefeito Antônio Carlos Pannunzio. Faz o oposto da anterior: retira verba da assistência, inclusive do Programa Municipal de Cooperativismo e Associativismo, para alocar em outros setores. O total das subtrações de secretarias chega a mais de 14.6 milhões de reais para serem alocados principalmente nas secretarias de Obras e Infraestrutura Urbana, R\$ 6.533.060,25; Secretaria de Saúde, R\$ 5.000.000,00; e na Secretaria de Esporte, R\$ 2.007.000,00. Todos destinados a: “Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica” segundo o decreto.

Fato importante para nossa discussão é que se apresentam manobras autoritárias (via decreto) destinando verbas municipais, inclusive da assistência, visando atender serviços de terceirizados, ou seja, empresas privadas. O que se relaciona diretamente com nossas discussões dos capítulos um e dois. Por tudo o que vimos neste último capítulo, creio que agora possamos afirmar, com um pouco mais de tranqüilidade, que é observável em Sorocaba reflexos do atual momento do capital, relacionado à política neoliberal e a “contra-reforma do Estado”, conforme aponta Simões (2009) sobre esses indícios:

⁵⁵ DECRETO Nº 20.789, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013.

“Um governo neoliberal, por exemplo, para efetivar os princípios constitucionais sobre a política de saúde, tenderá a desmobilizar o aparelho de Estado e transferir os serviços para pessoas jurídicas privadas, por meio de licitações públicas; outro de tendência estatizante, para efetivar os mesmos princípios, tenderá a prestigiar os órgãos públicos.” (SIMÕES, 2009).

Esses dois Decretos descritos, que encontrei ao acaso, nos sinalizam uma conduta político-administrativa de viés neoliberal na cidade, observando seu postulado no que desrespeito à privatização. Privilegiando a prestação de serviços por meio de terceiros, e algumas vezes, retirando verbas destinadas à pessoas jurídicas de direito público.

Voltando aos recursos destinados à assistência restou ao município, em 2013, trabalhar com os quase 40% de orçamento destinado a tal, subtraindo os recursos dos dois decretos. Essa valor tem sido o suficiente para fazer a manutenção dessa política na cidade?

Hoje, a cidade conta com dez CRAS, três CREAS e um Centro POP. Segundo a NOB\SUAS cada CRAS pode ter 2.500 famílias referenciadas a cinco mil, variando o tamanho da equipe que compõe o CRAS, no entanto segundo os dados da SAGI, só de famílias cadastradas no CadÚnico⁵⁶ no município são 34.313, desta forma minimamente seriam mais de 34 mil famílias referenciadas, o que necessitaria de 13 ou 14 CRAS para o município no caso de CRAS com a equipe mínima⁵⁷, e com a equipe total seriam necessários seis Centros, entretanto a cidade conta com dez. Ou seja, sem uma observação mais próxima desses “equipamentos”

⁵⁶ “O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.” (mds.gov.br, 2015).

⁵⁷ Segundo a NOB\SUAS a equipe para atendimento à até 2.500 famílias deve contar com: um assistente social, um psicólogo e dois servidores de nível médio. Já para as equipes que referenciam até cinco mil famílias deverão contar com no mínimo: dois assistentes sociais, dois psicólogos, dois agentes sociais e dois administrativos de nível médio. Além de âmbar terem de contar com um coordenador.

não podemos afirmar se estão de acordo com os requisitos legais à sua implementação.

Sobre os CREAS, a NOB aponta que deve haver ao menos um para cada 200 mil habitantes, estando a cidade, dentro das exigências da Lei com três CREAS.

A respeito do Bolsa Família - programa de transferência mínima de renda e sujeito da condicionais - o Censo do IBGE de 2010, estimou 17.113 famílias no município que atendem aos requisitos do programa. Todavia, em 2014 foram atendidas apenas 9.837 famílias, o que corresponde a 57,48% de cobertura da população que se enquadra nos requisitos do Bolsa Família, apesar de cobertura vs estimativa IBGE estar em mais de 100% a respeito de usuários que se enquadram no perfil do CadÚnico. Ou seja, as famílias em situação de vulnerabilidade estão sendo cadastradas, e por algum motivo que desconhecemos não estão integrando o Bolsa Família. Segundo informações divulgadas pela prefeitura em balanço de funcionários vinculados às secretarias no ano de 2013, a então Secretaria de Cidadania (hoje, Secretaria de Desenvolvimento Social) contava com os seguintes funcionários – entre eles cargos de confiança e concursados:

Tabela 5 - Funcionários alocados na Secretaria de Cidadania do Município de Sorocaba no ano de 2013.

CARGO	QUANTIDADE	CARGO
ASSIST.SOCIAL	35	FISCAL SERVICOS
AUX.DE ADMINISTRACAO	32	AJUDANTE GERAL
AGENTE SOCIAL	23	ASSESSOR DE GOVERNO
PSICOLOGO	9	ASSIST.DE SECRET.EXPEDIEN
MOTORISTA	8	CH.DE DIVISAO
OFIC GABINETE	8	COORD. POL. PARA A MULHER
TEC.DE ESPORTES	6	DIR.DE AREA

ASSIST DE ADM.	5	FONOAUDIOLOGO
OF.ADMINIST.	5	MEDICO
CH.DE SECAO	4	PEDAGOGO
SERVENTE	4	SECRETARIO
AUX.DE SERVICOS	3	TEC.DE CONTROLE ADMINISTRATIVO
ASSESSOR TECNICO	2	TEC.RECR.E LAZER

Fonte: Sorocaba.sp.gov.br

Para que possamos ter uma parâmetro mínimo a respeito do número de funcionários que trabalham nesta política faremos uma estimativa: considerando que cada CRAS precisaria em média de três assistentes sociais e cada CREAS precisaria de dois, para o total de unidades disponíveis seriam necessários 36 assistentes sociais (não estamos estimando a necessidade de assistentes sociais alocados na própria secretaria, ou em outros equipamentos da política como Centros POP e abrigos). Com base neste valor tudo indica que o número de assistentes sociais que a então Secretaria de Cidadania comportava, não eram suficientes para a execução do trabalho, sendo esses 35 formalmente alocados. Tão pouco seriam os psicólogos, sendo necessários, em média, três por CRAS e dois por CREAS totalizando 36, sendo que constam alocados apenas nove. Da mesma forma com os agentes sociais, que seriam 30, contudo a prefeitura conta naquele ano com 23. Apesar do número elevado de auxiliares administrativos, esses também estão em menor número que o necessário (preconizado pela NOB), se ausentam os advogados, os coordenadores. Ou seja, ao que tudo indica a cidade possui a quantidade de instalações indicadas pelas leis complementares, mas não o número de funcionários públicos suficiente para atender nesses espaços.

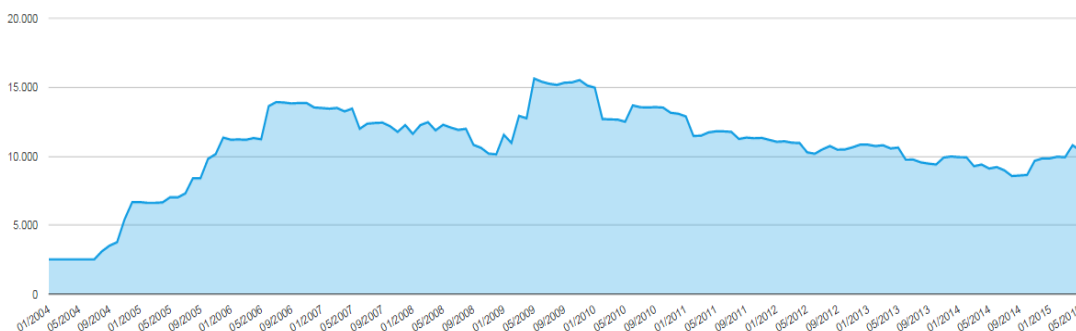
Sobre os cargos comissionados, parecem poucos para administrar a política em uma cidade tão grande, se comparados a municípios menores. Sorocaba tinha

em 2013 para a Secretaria de Cidadania: um Secretário, um Diretor de Área, e quatro Chefes de Sessões. A cidade de Mairinque\SP, com população de 43.223 habitantes (Censo 2010, IBGE) contava, no mesmo ano, com um Secretário, dois Diretores e três Chefes de Departamento, sendo a cidade 13 vezes menor que Sorocaba. Desta forma, não faltariam apenas executores das políticas em questão, mas também gestores dela.

Os dados mais recentes apontam que apesar do município contar uma estrutura física equivalente ao seu porte para o atendimento nas estruturas básicas da política de assistência, a força-de-trabalho empregada na execução dessa política apresenta indícios de sucateamento. Tanto no que desrespeito aos seus executores, quanto aos seus gestores. Estes parecem ser insuficientes para atender às demandas da política no município.

Apesar da deficiência na estrutura, observamos pelos gráficos da SAGI que a quantidade de famílias atendidas pelo Bolsa Família na cidade tiveram um aumento considerável de 2004 para cá, mesmo que com alguns decréscimos nos últimos anos, podemos tomar esta informação como um indicativo:

Gráfico 6 - Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Sorocaba\SP.



Fonte: CAIXA, Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família (PBF).

Em 2013 a verba municipal destinada à Assistência 29.4 milhões (Tabela 3). No entanto no mesmo ano os repasses do Governo Federal à Assistência foram de mais de 184 milhões de reais (SAGI\MDS). Sendo que desses, quase 10 milhões foram destinados à outros fins que não a assistência, como o caso dos decretos de 2012 e 2013 mencionados a cima. Sendo assim, nos resta apenas 19.4 milhões para a assistência em 2013. Cidades menores que Sorocaba como Juiz de Fora\MG – 489 mil habitantes (CENSO 2010) – destinaram à mesma função para o ano de 2015, 52.3 milhões de reais (LOA Juiz de Fora 2015), e para o ano seguinte 43 milhões de reais (LOA Juiz de Fora 2016).

Com isso, vemos que Sorocaba não tem cumprido bem nem as diretrizes da administração neoliberal ao que disrespeito o último ponto: sucateamento das estruturas da seguridade, investimentos em obras de visibilidade e assistencialização mínima da miséria. Nos últimos anos se torna uma experiente executora dos primeiros pontos, mas não realiza plenamente a assistencialização, destinando verbas muito pequenas para a assistência social e ainda realocando parte significativa dela em outros setores.

Se remontarmos os pontos expostos: cobertura de 57,48% do Programa Bolsa Família, equipamentos municipais básicos da assistência suficientes, número de funcionários e gestores reduzido, orçamento disponível baixo e os decretos de 2012 e 2013, veremos o real estado da assistência nos ultimos anos. A as verbas destinadas à essa função tem sido muito baixas se comparadas a municípios menores. Nem a assistencialização minimalista tem se realizado, o quadro de funcionários mínimo não tem se apresentado, no entanto a quantidade de equipamentos públicos corresponde às preconizadas em lei.

As minhas exposições apresentam claros indícios a respeito dos processos de: privatização, desregulamentação e flexibilização na cidade. Esses, pilares da cartilha neoliberal, que parecem ser sistematicamente aplicados nos últimos anos. E como já vimos, os resultados dessa política são extremamente violentos e barbaros, de forma que ela própria, buscará remediar seus impactos por meio da assistencialização minimalista. Esta, ainda que insuficiente e contraditória, representa, mas não somente, melhorias pontuais, mas importantes ao conjunto dos trabalhadores pauperizados neste cenário. De forma que, em Sorocaba, a execução do projeto global de sociedade tem se implementado de forma ainda mais barbara. Pois, nos legam exclusivamente o ônus dele. A política de assistência minimalista, não ocorre de maneira suficiente na cidade, enquanto correm soltos os processos de privatização, desregulamentação e flexibilização. Ou seja, o cenário exposto no início do texto não só se confirma, na realidade local, como se apresenta de forma mais grave. São confirmadas também as premissas de Motta a respeito das novas modalidades de cidadania, só que agravadas. Temos os *cidadãos-consumidores*, aqueles que irão pagar para acessar educação, saúde e previdência, e os *cidadãos-pobres* à quem são destinadas políticas públicas igualmente pobres: em gestão, orçamento, capacidade e quantidade de profissionais. Onde os últimos seriam amparados pela política de assistência minimalista, fato que não corre. Ou ocorre apenas para 57,48% das famílias que deveriam ser atendidas. Legando aos outros 42,52% a condição de *cidadania-alguma*.

O mito desenvolvimentista corre pela cidade. A idéia de que o desenvolvimento econômico resulta, automaticamente, no desenvolvimento social. O que não é uma verdade se observarmos os fatos. Ainda: esse desenvolvimentismo demanda símbolos concretos, produtos a serem expostos visando confirmar sua

tese e fazer propaganda ideológica ao projeto. Precisamente o produto/símbolo sorocabano do desenvolvimentismo é o embelezamento da cidade, o urbanismo. A cidade, limpa, clara e bonita nos faz crer por analogia automática, que as outras estruturas elementares caminham de igual maneira. Como vimos, não é bem assim. Esse símbolo serve, de fato, para mascarar o processo de precarização vivenciado por seus cidadãos, ao passo que, parece loucura uma crítica como essa: se os olhos vem uma coisa e algum sujeito diz outra, este último só pode estar fora de si.

É preciso romper, de forma urgente, com o mito desenvolvimentista em Sorocaba, pois essa ideologia tem mascarado nossa compreensão a respeito da cidade e encoberto processos nefastos que tem ocorrido nos últimos anos. Sorocaba não esta a maravilha que acreditamos estar.

Considerações Finais

No último capítulo, pudemos verificar que a cidade nos últimos anos vive uma redução de gastos na seguridade, por meio da implementação de uma política neoliberal consolidada a partir do último mandato de Vitor Lippi.

Chegamos a um quadro em que o curso da administração pública ruma no sentido da: a) terceirização dos serviços públicos municipais, dado os indícios do decreto de 2013; b) aumento dos investimentos em ações de visibilidade expressos nos gastos em urbanismo e a existência de equipamentos públicos da assistência, mas com poucos funcionários para geri-los; c) assistencialização mínima precária

cobrando apenas 57% do público alvo, de um desses programas; d) a redução de despesas em saúde e educação.

Apesar desta fórmula representar claras perdas para o conjunto da população e da classe trabalhadora como um todo, ela é extremamente perigosa mediante a avaliação de boa parte dos sorocabanos, que ainda veem nessa política grandes benefícios por meio do mito desenvolvimentista. Considerando Sorocaba uma cidade que estancou, em sua história, a entrada do ensino por diversas vezes, o implementando de forma tardia, aliado à uma elite local conservadora que domina a cidade política e ideologicamente por mais de 50 anos – desde a ditadura – trabalhando duro para que não haja qualquer desenvolvimento de consciência crítica na cidade, observamos a construção histórica de um município de grande porte mas de visão política e crítica estreita e altamente conservadora. Construimos ao longo de décadas um povo condicionado a “se por em seu lugar”, por meio da falta de informação e coação ideológica. Ainda nesse cenário são executadas, no âmbito da administração municipal nos últimos anos, obras de visibilidade, fazendo a população crer que a cidade avançou muito e que deve se sentir grata e orgulhosa por isso, enquanto aqueles que dependem da assistência, educação e saúde pública enfrentam filas, falta de funcionários, e falta de recursos. Devido à essa construção histórica a única reação possível é o silêncio do sorocabano diante da sua miséria, da péssima educação de seus filhos e do atendimento precário nos hospitais.

Este trabalho é mais que um estudo sobre a assistência, ele visa, por meio dela, apontar causas desse conservadorismo e alertar o sorocabano sobre a sua história. Não a história dos historiadores clássicos da cidade que glorificam “Matarazos”. Mas sim uma história crítica que relata a construção ideológica de uma

Sorocaba silenciada. E que essa mesma história conservadora repercute diretamente na vida do sorocabano por meio de políticas públicas igualmente conservadoras e elitistas. É preciso quebrar esse mito desenvolvimentista da cidade: que crescemos, que estamos melhor, que temos dívidas com nossos últimos prefeitos. É preciso despertar a crítica e a audácia de se contestar cotidianamente e resgatar a identidade de um povo onde os bandeirantes não são os heróis, mas sim os índios que deram vida à terra; onde empresários não são dignos de monumentos mas sim os trabalhadores das indústrias de tecido; onde prefeitos, “filhos” de ARENistas, não são marcos do crescimento da cidade, mas sim dos trabalhadores que a construíram tijolo a tijolo – ou atualmente, jardim a jardim – qualquer coisa que a cidade seja hoje.

Mais que buscar alcançar uma cidade menos conservadora e lutar pela derrocada dessa cultura, é observar que essa tendência não é exclusiva de Sorocaba. É uma tendência global e antiga que aplica idéias de meados do século passado e tem se aplicado em todo o planeta. O neoliberalismo tem percorrido o mundo e chega também a nossa cidade como vimos. Se não, não haveria sentido algum escrever os dois primeiros capítulos. Por tanto não basta vislumbrar apenas alterações locais, mas sim globais, pois o que repercute na cidade é fruto intrínseco do atual momento do Modo de Produção Capitalista. De forma que nos libertar definitivamente implica em alterações estruturais da forma de organização da produção e distribuição da riqueza da humanidade.

Evidente que no curso desse processo, não só, não se ignora, como é fundamental lutarmos desde as esferas mais diminutas da vida até as mais amplas: buscar a construção de uma consciência crítica na cidade; lutar por políticas públicas

municipais que atendam aos interesses dos trabalhadores; produzir conhecimento crítico; romper com o ufanismo e o saudosismo conservador; dialogar, protestar nas situações de exploração. Fazendo desses, instrumentos para a construção de uma consciência emancipadora.

Mais que criticar o “pensamento estreito do sorocabano” de que muito ouvimos falar, é preciso investigar a origem histórica dele e desvelar os atores responsáveis pela produção e manutenção desse pensamento. Só assim conseguiremos, um dia, romper com esse estigma que circula entre nossa gente e conquistar melhorias na condição de vida dos trabalhadores sorocabanos tendo como horizonte a superação radical daquilo que nos oprime: o Modo de Produção Capitalista.

Bibliografia

ALVES, Gláucia Lelis. **Controle Social: expressão do reformismo conservador ou da luta pelo fortalecimento da democracia?**. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica – PUC. 2010. P 29 – 56.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.09-23.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica do serviço social; v. 2). p.47-81.

BLECHER, Nelson. **Revista Exame**. O maior do Brasil, um dos maiores do mundo. Outubro de 2014. [internet]. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/829/noticias/o-maior-do-brasil-um-dos-maiores-do-mundo-m0051565>

BONADIO, Geraldo. **Sorocaba: a cidade industrial: espaço urbano e vida social sob o impacto da atividade fabril**. Geraldo Bonadio. Sorocaba, SP: do Autor, 2004.

BOSCHETTI, I. **Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social.** Brasília: Letras Livres/Editora da UnB, 2008. p.10 – 69.

_____, Ivanete. Seguridade Social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. IN: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** – Brasília: CFESS/ABEPSS. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. V. 1) Brasília, DF, 2009

BRASIL, Lei nº 8.742. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).** Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Miséria (MDS), **Norma Operacional Básica NOB-SUAS.** Brasília,DF, Julho 2005.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília, DF. 2009.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Miséria (MDS), **Política Nacional de Assistência Social- 2004/ Sistema Único de Assistência Social-SUAS.**

_____. Portaria n. 42, 14 de abril de 1999.Ministério do Orçamento e Gestão. Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em:

<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria42.pdf>

CANO, W. et al. Análise do Setor Serviços no Estado de São Paulo. In: **Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI.** Diagnósticos Setoriais da Economia Paulista – Setores de Indústria e de Serviços. São Paulo: Fundação SEADE, 1992, p.161- 182.

DIÁRIO DE SOROCABA. Base aliada ‘cochila’ e proibição da pesca no rio Sorocaba é aprovada. Julho de 2012. [internet]. Disponível em:

<http://www.diariodesorocaba.com.br/noticia/222121>

FATORELLI, Maria Lúcia; ÁVILA, Rodrigo. **Gastos com a Dívida Pública em 2014 superaram 45% do Orçamento Federal Executado.** Auditoria Cidadã. [internet], Fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo : Edusp, 1999.

FUA, Fundação Ubaldino do Amaral. **Cruzeiro do Sul 30.000 edições.** FUA. Sorocaba, SP: 2005.

_____, Fundação Ubaldino do Amaral. **Sorocaba 350 anos: uma história ilustrada.** FUA. Sorocaba, SP: 2004.

HAYEK, Fredrick A. **O Caminho da Servidão**. 1. ed. Porto Alegre: Livraria o Globo, 1945. Cap. II, III, IX e XIV.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades. Sorocaba**. [internet]. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355220&search=|infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>

LÊNIN, V. I. **Imperialismo Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Capítulos. 4, 6, 7, 8, 9 e 18.

MARANHÃO, Cézar Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In. Mota, Ana Elizabete (org.) **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Capítulo 23. p.689-704. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In. Mota, Ana Elizabete (org.) **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez 2010.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**. Uma Análise do Serviço Social No Brasil Pós-64. 17 ed. São Paulo. Cortez. 2015.

_____, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, José Paulo. Crise do Capital e conseqüências societárias. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 111, p.413-429, jul./set. 2012.

_____, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie**. III Encontro Internacional "Civilização ou Barbárie". Nov. 2010.

ONU. **Declaração do Milênio**. Lisboa, United Nations Information Centre. 2000. Disponível em: http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf

PASTORINI, Alejandra. **A categoria "questão social" em debate**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010. Coleção questões da nossa época; v. 17.

REDE JUSTIÇA CRIMINAL. **Sumário executivo das pesquisas sobre prisão provisória**. Fascículo 1 - Perfil do Preso e Contexto da Prisão. Agosto de 2013. Disponível em:

http://www.soudapaz.org/upload/pdf/justi_a_rede_fasciculo1_perfil_preso_11_11_13.pdf

RODRIGUES, Izilda Aparecida. **Configuração do rural paulista. Relações cidade-campo na investigação sobre a situação de domicílio e o setor de atividade econômica da população estadual**, 1980 e 1991. NEPO/UNICAMP. Campinas – SP. 2013.

SILVA, Izabel Pimentel. **Francisco de Paula Mayrink**. FGV. Ano desconhecido. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MAYRINK,%20Francisco%20de%20Paula.pdf>

SIMIONATO, I. As Expressões Ideoculturais da Crise Capitalista da Atualidade. In **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo I. Brasília, Cead/ UnB, CFESS, ABEPSS, 1999.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. 3. Ed. Ver. E atual – São Paulo: Cortez, 2009. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 3).

SOROCABA. Decreto n 20.019, de Junho de 2012. Diário Oficial do Município de Sorocaba. Poder Executivo. Sorocaba, SP. Ano XXI, Nº 1536. p. 24 e 25. Disponível em: <http://agencia.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/1536-06-de-julho.pdf>

_____. Decreto n 20.789, de Setembro de 2013. Diário Oficial do Município de Sorocaba. Poder Executivo. Sorocaba, SP. Ano XXII, Nº 1606. p.25. Disponível em: <http://agencia.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/1606-18-de-outubro.pdf>

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **A globalização é o novo-velho discurso da economia política**. In Revista Inscrita nº 2. XXVI Encontro CFESS/CRESS. Belém. 1998.

UOL, Universo Online. **Presídios privados não são melhores do que os públicos, dizem especialistas**. Janeiro de 2014. [Internet]. Disponível em: <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/68491/presidios+privados+nao+sa+o+melhores+do+que+os+publicos+dizem+especialistas.shtml>

WASELFISZ JJ. **Mapa da Violência 2014. Os Jovens no Brasil**. [Internet]. Brasília 2014. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf